

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DENISE CARDOZO

**O IMPACTO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CÍVICA
PROMOVIDOS PELO PODER LEGISLATIVO COMO POLÍTICA
PÚBLICA INSTITUCIONAL PARA FORMAÇÃO CIDADÃ: lições a
partir do Parlamento Jovem mineiro.**

SÃO CARLOS-SP

2022

DENISE CARDOZO

**O IMPACTO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CÍVICA
PROMOVIDOS PELO PODER LEGISLATIVO COMO POLÍTICA
PÚBLICA INSTITUCIONAL PARA FORMAÇÃO CIDADÃ: lições a
partir do Parlamento Jovem mineiro.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestre (a) em Ciência Política.

Texto apresentado em 31 de agosto de 2022, sob o exame da seguinte banca:

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi – PPGPol/UFSCar
(Orientador)

Profa. Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella– PPGPol/UFSCar

Prof. Dr. Murilo Gaspardo – UNESP-Franca



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Denise Cardozo, realizada em 31/08/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella (UFSCar)

Prof. Dr. Murilo Gaspar do (UNESP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus pela dádiva da vida, pela oportunidade de continuar seguindo na construção do meu progresso intelectual, fazendo de mim instrumento de Vossa luz e amor, pois a Ele me entrego ao serviço do bem para aprender a amar e servir sempre.

Toda minha gratidão a minha família, responsáveis por formar toda uma rede de sustentação para suprir minha ausência doméstica, minha ausência física e também a minha ausência de atenção e carinho durante todo o tempo que passei dedicada à pesquisa e ao crescimento acadêmico. Eles aceitam e apoiam meus sonhos. Ao meu filho Túlio, minha mãe Rose, meu pai Honório, meu marido Luciano, meus irmãos Honório (Tuca) e Ana Paula, meus sobrinhos Miguel e Isabelly, todo meu amor!

A todos(as) os(as) amigos(as), anjos terrenos que cruzaram meu caminho para me fazer sorrir e sonhar, reconhecendo em cada um deles a contribuição de força e luz que me abastece a alma e me nutre de imenso entusiasmo.

O agradecimento especial faço ao meu orientador, Professor Dr. Gabriel Ávila Casalecchi, pela paciência, disponibilidade e carinho que teve comigo durante todo este processo, fazendo tantas e importantes reflexões na construção deste texto. Foi transformador beber desta jovem, grandiosa e empática fonte de saber. Você é para seus orientandos um suporte que alia conhecimento, incentivo, respeito e uma camaradagem muito especial, que deixa mais leve e comprometida nossa caminhada.

Em nome da Profa. Dra. Simone Diniz, que ministrou importantes disciplinas que foram esteio do aprendizado aqui desenvolvido e que zelosamente fez importantes apontamentos e grandes contribuições em minhas bancas, estendo meus fraternais agradecimentos a todos(as) professores(as) do programa, essenciais para sedimentar as bases deste percurso. Todos os professores que fizeram parte da minha formação educacional moram em meu coração, merecem meu respeito, gratidão e admiração eternas.

Por fim, agradeço a rede de apoio que tenho no meu trabalho, amigos(as) e companheiros(as) que dividem comigo o dia a dia de companheirismo e incentivo. Todo conhecimento que construo procuro levar para as atribuições do labor diário, pois o trabalho faz parte das leis do progresso humano e procuro deixar minha contribuição para o desenvolvimento terreno e meus irmãos jornadeiros.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

RESUMO

O questionamento temático deste estudo norteia a necessidade de enfrentamento da retomada do debate da chamada “crise de confiança institucional”, analisa as conjecturas para investigar a relação entre o conhecimento e o cenário de desgaste das instituições e da política brasileira, e, direciona o projeto de examinar a contribuição de políticas públicas de programas de educação cívica desenvolvidas pelas Casas Legislativas no Brasil. A pesquisa utilizou o método de natureza quantitativa e quase experimental, através dos dados de um *survey* do Programa Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (PJ), edição de 2008, que promoveu duas rodadas de questões (pré-teste e pós-teste) entre dois grupos: os jovens participantes (tratamento) e jovens não participantes (controle). O estudo testou a relação entre cidadania e cultura cívica sobre questões referentes ao conhecimento, comportamento e participação democráticas. Como conclusão, os dados permitiram inicialmente sustentar premissas de falhas da educação cívica; confirmar a relação de que as atividades melhoram a imagem da confiança na instituição, já achados na literatura a esse respeito; e, sedimentar conceitos que impulsionam a pesquisa sobre a educação como transformação cidadã e suporte democrático. No entanto, os dados também permitiram refletir sobre a fragilidade desta primeira edição do programa (PJ) ao não auferir resultados sobre conhecimentos mais amplos de sofisticação política e não impactar, de imediato, comportamentos como a adesão à democracia, a confiança em outras instituições e o interesse por política entre os jovens participantes. Por outro lado, permitiu também refletir sobre o impacto que o Programa (PJ) teve como exemplo de política pública transformadora, pois ele foi espelho para instituição deste tipo de programa em milhares de outras casas legislativas, Assembleias e Câmaras Municipais, ganhando, inclusive, um programa nacional no Congresso. Permitiu, também, um importantíssimo compêndio de pesquisas, que posteriormente testaram, em períodos mais amplos, os efeitos imediatos e tardios que este importante tipo de instrumento pode contribuir para educação cidadã e o para fortalecimento da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Democracia; Educação cívica.

ABSTRACT

The thematic questioning of this study guides the need to face the resumption of the debate of the so-called "institutional confidence crisis", analyzes the conjectures to investigate the relationship regarding the knowledge and the attrition scenario of Brazilian institutions and politics, and directs the project to examine the contribution of public policies to civic education programs developed by the Legislative Houses in Brazil. The research used a quantitative and almost experimental method, through data from a survey of the Young Parliament Program of the Legislative Assembly of Minas Gerais (PJ), 2008 edition, which promoted two rounds of questions (pre-test and post-test) between two groups: young participants (treatment) and young non-participants (control). The study tested the relationship between citizenship and civic culture on issues related to knowledge, behavior and participation in democracy. In conclusion, the data initially made it possible to sustain premises of failures in civic education; confirm that activities improve the image of trust in the Brazilian institution, fact already found in the literature in this regard; and, consolidate concepts that drive research on education such as citizen transformation and democratic support. However, the data also allowed us to reflect on the fragility of this first edition of the program (PJ) as it did not obtain results on broader knowledge of political sophistication and did not immediately impact behaviors such as adherence to democracy, trust in other institutions and interest in politics among the young participants. On the other hand, it also allowed us to reflect on the impact that the Program (PJ) had as an example of transforming public policy, as it was a role model for the institution of this type of program in thousands of other legislative houses, assemblies and municipal councils, even gaining a national program at the Congress. It also allowed a very important compendium of research, which later tested, in broader periods, the immediate and late effects that this important type of instrument can contribute to citizen education and the strengthening of democracy.

KEYWORDS: Citizenship; Democracy; Civic education.

LISTA DE QUADRO, GRÁFICO E TABELAS

QUADRO SINTÉTICO de variáveis e efeitos encontrados.....	64
QUADRO EXPLICATIVO das variáveis (Apêndice).....	80
GRÁFICO 1 - Correlação (r de Pearson) entre conhecimento e a imagem dos parlamentares.....	32
TABELA 1 – Total dos alunos que reconhecem instituições que fazem parte do legislativo (%) – Primeira rodada – dois grupos (Tratamento e Controle).....	29
TABELA 2 – Total dos alunos que emitiram sua opinião sobre a imagem dos deputados em relação às promessas de campanha (%) – Primeira rodada – dois grupos (Tratamento e Controle).....	30
TABELA 3 – Respostas dos alunos sobre adesão à democracia (%) – Primeira rodada – dois grupos (Tratamento e Controle)	31
TABELA 4 - Correlação (r de Pearson) entre conhecimento e a imagem dos parlamentares.....	33
TABELA 5 – Respostas dos alunos sobre conhecimento a instituição que aprovou do Estatuto da Criança e do Adolescente (%) – Segunda rodada - dois grupos (Tratamento e Controle)...	34
TABELA 6 – Respostas dos alunos sobre conhecimento de algumas siglas de instituições (%) – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	35
TABELA 7 – Respostas dos alunos sobre conhecimento das instituições que fazem parte do poder legislativo (%) – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	36
TABELA 8 – Total dos alunos que emitiram sua opinião sobre a imagem dos deputados em relação às promessas de campanha (%) – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	38
TABELA 9 – Respostas dos alunos de como buscam informações políticas (%) – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	40
TABELA 10 – Respostas dos alunos sobre adesão à democracia – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	42
TABELA 11 – Confiança dos alunos nos partidos políticos – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	43

TABELA 12 – Confiança dos alunos no exército – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	44
TABELA 13 – Confiança dos alunos na justiça – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	46
TABELA 14 – Confiança dos alunos na polícia – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	47
TABELA 15 – Confiança dos alunos na imprensa – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	48
TABELA 16 – Confiança dos alunos na Assembleia Legislativa – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	49
TABELA 17 – Confiança dos alunos no Congresso – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	50
TABELA 18 – Confiança dos alunos na Câmara de Vereadores – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	51
TABELA 19 – Interesse por política – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	52
TABELA 20 – Tolerância dos alunos aos comunistas – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	54
TABELA 21 – Tolerância dos alunos aos membros do movimento negro – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	55
TABELA 22 – Tolerância dos alunos aos homossexuais – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	56
TABELA 23 – Tolerância dos alunos quanto à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	57
TABELA 24 – Tolerância dos alunos quanto às pessoas que defendem uma raça superior – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	58
TABELA 25 – Tolerância dos alunos quanto às pessoas que não acreditam em Deus – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	59
TABELA 26 – Tolerância dos alunos quanto à legalização da pena de morte – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	61
TABELA 27 – Tolerância dos alunos quanto à legalização do aborto – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	61
TABELA 28 – Tolerância dos alunos quanto à legalização à maconha – Comparação entre as duas rodadas dois grupos (Tratamento e Controle).....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES E CULTURA POLÍTICA.....	7
1.1 Conceitos democráticos e o debate sobre “crise” do regime.	7
1.2 Cultura política: conceitos e o debate sobre “crise” das instituições.....	10
1.3 Participação política e educação cidadã.....	13
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO CIDADÃ DO PODER LEGISLATIVO.....	19
2.1 Programas de Educação Cívica no Brasil	19
2.2 O Parlamento Jovem Mineiro	20
2.3 Algumas análises já enfrentadas com dados obtidos no Parlamento Jovem	22
3. METODOLOGIA E RESULTADOS OBTIDOS.....	26
3.1 Desenho de Pesquisa.....	26
3.2 Dados preliminares: análise da rodada anterior ao programa (PJ).	28
3.3 Dados posteriores: análise comparativa entre as duas rodadas do programa (PJ).....	33
3.3.1 Conhecimento informacional e os efeitos do PJ	34
3.3.2 Conhecimento conceitual e os efeitos do PJ	40
3.3.3 Conhecimento e efeitos da tolerância política	52
4. CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

INTRODUÇÃO

O Brasil, Estado democrático de direito, positivou fundamentos em seu texto constitucional (1988), entre eles a cidadania e a dignidade da pessoa humana, vinculando o direito à educação um dever do Estado e da família, a fim de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto social e qualificá-lo para o trabalho, sendo, assim, mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo e a da própria sociedade.

Mesmo com importantes avanços na consolidação dos direitos civis e sociais, comportamentos de desconfiança e frustração da sociedade brasileira em relação às suas instituições políticas e, principalmente, aos políticos (BAQUERO, 2001), e, a fim de buscar meios de contribuir com o aperfeiçoamento da construção e consolidação democrática, alguns questionamentos devem ser enfrentados. O cidadão comum conhece as instituições? Sabe quais as funções, os atores e as relações entre as instituições, organizações ou associações informais formadas na sociedade? Este tipo de conhecimento pode influenciar na construção de uma cidadania mais crítica e participativa? O desenvolvimento de uma cultura cívica mais efetiva confere maior participação e adesão à democracia?

Partindo da premissa de que o Estado é ineficiente na promoção da educação cívica, tendo em vista que a maioria dos brasileiros sabe pouco sobre política, sobre cidadania e tem baixa consciência do seu papel na sociedade, foram criadas algumas Políticas Públicas de educação para a cidadania, desenvolvidas pelas Casas Legislativas em seus diferentes níveis federativos, a fim de tentar cobrir esta lacuna. Para tentar responder às problemáticas de fortalecimento democrático através da educação cidadã, utilizamos como objeto de investigação o programa de educação cívica (Parlamento Jovem), da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que no ano de 2008 desenvolveu uma importante Pesquisa, cujos dados permitem analisar as variáveis dos níveis de conhecimento e de confiança nas instituições formalmente constituídas e coletivamente organizadas, e, de continuar investigar os efeitos da condição de participar deste tipo formação de conhecimento específico nas benesses do comportamento cívico, participativo e democrático.

Assim, a presente pesquisa pretende analisar os dados e responder à pergunta central que é: Programas como o Parlamento Jovem (PJ) podem contribuir para educação cívica?

Partindo destes questionamentos este trabalho tem o objetivo de identificar se o ganho informacional específico e também amplo na sofisticação política deste tipo de programa de educação cívica é capaz contribuir ou ao menos minimizar os efeitos deletérios do “senso

comum”, fomentar a participação política, através do ganho de conhecimento sobre as funções e a dinâmica de funcionamento das instituições.

O primeiro capítulo da dissertação aborda as questões da teoria democrática sobre a chamada “crise” ou “declínio” da democracia no mundo, fenômeno considerado pela crescente ascensão de políticos e líderes autocráticos, a insatisfação com o regime e o apoio a opções políticas autoritárias. Inclui, ainda, a discussão na ciência política sobre a perda da confiança nas instituições representativas, além dos conceitos e estudos que desenvolvem a ideia de fomento da participação popular e do fortalecimento democrático.

O segundo capítulo reúne o compêndio da literatura para a reflexão da educação cívica na sua contribuição social e dos pilares democráticos, sendo que esta lacuna perpassa o enfrentamento da qualidade e intensidade na participação cidadã, no que se refere ao repertório de participação política (além do voto), incluindo mecanismos institucionais (conselhos, fóruns, orçamento participativo), de participação direta (financiamento de campanha, representante de bairros, relações diretas locais) além dos protestos. Este capítulo da pesquisa apresenta o objeto de pesquisa (Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais), sua organização e propósitos, partindo de importantes premissas e contribuições de estudos sobre este objeto que já foram desenvolvidos, o que nos permitiu embasar conceitos e fazer importantes escolhas metodológicas.

O terceiro capítulo apresenta o desenho da pesquisa, as premissas que implicaram a escolha metodológica utilizada para a análise dos dados do quase experimento¹ “*O Parlamento Jovem como espaço de Socialização Política*” objeto desta pesquisa. Nele também trazemos a parte empírica deste trabalho, apresentamos as análises dos dados coletados pelo *survey* aplicado no projeto Parlamento Jovem (2008) com relação ao conhecimento dos jovens mineiros, cujos dados englobam resultados preliminares - da rodada anterior à realização do programa, e, posteriores – sobre os efeitos do programa, além de

¹ O quase-experimento busca uma relação de causa e efeito na verificação do impacto do evento em análise e se dá com dois grupos: (tratamento) cujos jovens são inseridos à intervenção do PJ e (controle), cujos jovens com semelhantes perfis socioeconômico e educacional (o que a metodologia chama de grupos emparelhados) e não foram expostos à intervenção do PJ. Isso para separar os conhecimentos realmente adquiridos pelo programa educacional. Existe a relevância do fator tempo, maneira de mensurar mudanças ocorridas ao longo da intervenção feitas através das avaliações em duas fases de entrevistas. Assim, é permitido organizar os níveis de informações dos jovens participantes e não participantes (tratamento e controle) no tempo 1 (antes da intervenção do PJ) e no tempo 2 (depois da intervenção do PJ). A principal diferença da pesquisa quase-experimental para a pesquisa realmente experimental é que nesta última o grupo de tratamento é separado do grupo de controle de forma randômica, ou seja, totalmente aleatória. Como o PJ é feito mediante a inscrição voluntária dos alunos, o princípio da aleatoriedade é quebrado, uma vez que aqueles que fazem inscrição (tratamento) provavelmente são mais predispostos a gostar e se interessar mais pela política do que os participantes do grupo de controle. A melhor forma de superar esse problema foi garantir que os alunos escolhidos para o grupo de controle sejam “idênticos” aos alunos que se inscreveram no grupo de tratamento.

outros dados relevantes que podemos desbravar para fazer importantes reflexões e apontamentos.

Como conclusão, os dados permitiram inicialmente sustentar premissas de falhas da educação cívica; confirmar a relação de que as atividades melhoram a imagem da confiança na instituição, já achados na literatura a esse respeito; e, sedimentar conceitos que impulsionam a pesquisa sobre a educação como transformação cidadã e suporte democrático. No entanto, os dados também permitiram refletir sobre a fragilidade desta primeira edição do programa (PJ) ao não auferir resultados sobre conhecimentos mais amplos de sofisticação política e não impactar, de imediato, comportamentos como a adesão à democracia, a confiança em outras instituições e o interesse por política entre os jovens participantes. Por outro lado, permitiu também refletir sobre o impacto que o Programa (PJ) teve como exemplo de política pública transformadora, pois ele foi espelho para instituição deste tipo de programa em milhares de outras casas legislativas, assembleias e câmaras municipais, ganhando, inclusive, um programa nacional no Congresso. Permitiu, também, um importantíssimo compêndio de pesquisas, que posteriormente testaram, em períodos mais amplos, os efeitos imediatos e tardios que este importante tipo de instrumento pode contribuir para educação cidadã e o para fortalecimento da democracia.

1. DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES E CULTURA POLÍTICA.

1.1 Conceitos democráticos e o debate sobre “crise” do regime.

“... apesar de muitas variáveis que temos de seguir explorando, não é possível obter uma definição precisa de democracia que seja consensual e definitiva. A democracia tem, inevitavelmente, um “significado flutuante”.” (O’DONNELL, 2010, p.40)

No contexto de jovens democracias, vários estudos empreendem uma construção teórica que deságua na discussão sobre o cenário sombrio do autoritarismo (critérios amplamente pesquisados pelos acadêmicos sobre as chamadas “crises democráticas”), desafios enfrentados por vários países, em especial o Brasil. Dentre os diálogos e os compêndios democráticos que esta pesquisa pretende abordar, evidencia-se uma literatura repleta de teorias e conceitos elásticos também acerca do conservadorismo e da sua herança ideológica arraigada à história, às organizações, aos atores institucionais e até ao pensamento e ao comportamento da grande massa. Esta sombria ameaça autoritária, encaixa-se à inteligente alusão simbólica que André Kaysel (2015) chamou de “a esfinge nos umbrais do presente”, quando escreveu sobre os elementos conservadores da política brasileira.

Para substanciar o entendimento sobre a questão democrática, Santos e Avritzer (2002) fizeram interessante brevíário expondo a discussão teórica, que ocorreu ao longo do século XX, em duas fases: da primeira metade do século, sobre a hegemônica deseabilidade da democracia como regime e do consenso sobre a necessidade do procedimento eleitoral para a formação de governos; e, da segunda metade, sobre as condições estruturais da democracia, que também, hegemonicamente, procurou estender o modelo de democracia liberal-representativa (vigentes nas sociedades do hemisfério norte) ao resto do mundo, em especial para os países em desenvolvimento (chamados países do sul, ou sulistas).

Um autor fundamental para compreender a democracia e autoritarismo no contexto da América Latina - região marcada por características singulares e distintas das democracias avançadas, como a desigualdade e os longos períodos ditatoriais - é O’Donnell (2010).

Dentre os diálogos estabelecidos pelo autor está sua visão mais minuciosa acerca das condições necessárias para o êxito do método democrático. Ele problematiza a vertente “minimalista” de democracia formuladas por Schumpeter e Przeworski. Para ele, o conceito do primeiro, apesar de elitista e excludente (pois não concebe a participação popular no

mandato dos eleitos), estabelece inúmeras condições centradas no “método”, assim como a icônica definição de Przeworski “Democracia é simplesmente um sistema no qual ocupantes do governo vão embora quando perdem eleições”, que requer condições adicionais semelhantes às schumpeterianas. Portanto, para o autor, ambos conceitos requerem métodos e conceitos muito mais amplos do que os que a literatura procurou inferir.

A análise do autor inclui a definição mais abrangente de Dahl (1997), que engloba oito garantias institucionais necessárias às poliarquias²; todas estas dentro de dimensões que permitam comparar regimes diferentes, segundo a amplitude da oposição e da contestação pública, ou da amplitude do direito de participação e contestação pública, segundo sua inclusividade. De acordo com O’Donnell (1998), as definições de democracia acabam oscilando entre posições extremadas: os que sustentam que os regimes democráticos se definem pela vigência de um conjunto de direitos legais universais (império da lei – visão positivista), e, dos que defendem que sem políticas de bem-estar material e social não há democracia. Com isso, o autor engendrou sua intermediação conceitual, que considera a importância dos direitos formais na definição do regime democrático, mas, também, aponta os limites que países desiguais e plurais do ponto de vista social, econômico e político impõem ao exercício de tais direitos à significativa parcela da sociedade, premissas sobre as quais ele desenvolveu o conceito de “Cidadania Truncada”.

Através da discussão do "princípio da lei", bem como de suas ramificações em termos da conceitualização de democracia, cidadania e Estado, que em jovens democracias envolvem pressupostos até então não examinados, em especial sob as condições da situação nefasta em termos de direitos básicos dos fracos e dos pobres, procurou mostrar que os temas como o Estado legal, da efetividade da ampliação da cidadania civil e da *accountability* (os mecanismos necessários para a efetividade do sistema de freios e contrapesos nas novas poliarquias) sob o princípio da lei, devem ser vistos como parte central dos critérios essenciais da democracia e do estudo de seu regime (poliárquico).

O autor asseverou que a maioria dos países latino-americanos são poliarquias, pois ter alcançado essa condição democrática é um progresso extremamente importante em relação à extrema arbitrariedade e violência dos sistemas autoritários, que na maioria dos casos precedeu essas poliarquias, cujas lutas visando às liberdades políticas da poliarquia assinalam o potencial desse tipo de regime, ainda que prejudicado por uma cidadania truncada e uma

² São elas: 1 – Liberdade de formular e aderir a organizações; 2 - Liberdade de expressão; 3 - Direito de voto; 4 - Elegibilidade para cargos públicos; 5 - Direito de líderes políticos disputarem apoio e voto; 6 - Fontes alternativas de informações; 7- Eleições livres e idôneas; 8 - Instituições em que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências

accountability fraca. Ele não apoia as teses sobre a tendência à desaparecimento do Estado, pois verifica sua capacidade de adaptação institucional.

A visão de O'Donnell (entre outros estudiosos como DAHL, 1997; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; PZERWOSKI, 2020) acaba depositando a crença em atores individuais, em especial de políticos e outros líderes institucionais, que devendo agir de acordo com as injunções liberais e republicanas, devem encorajar e gerar certo apoio difuso da opinião pública. Tais expectativas, inseridas em cenários elitistas e de corrupção sistêmica que assolam muitos governos, em especial das democracias ainda em consolidação, acabam se esvaindo na constatação de que estes mesmo atores, ao chegarem às altas posições políticas, pelas tentações usurpadoras de outros poderes, normalmente não correspondem às expectativas que geraram enquanto as pregavam ou ambicionavam.

Diante dessas considerações acerca do trabalho de O'Donnell, a presente pesquisa concorda que a democracia não se reduz a procedimentos políticos, como eleições e competição, como defendem os “minimalistas”. Também não chega ao extremo de considerar a igualdade material como um requisito definidor do conceito. De forma intermediária, assim como O'Donnell, consideramos a democracia um conjunto de normas procedimentais, mas que são garantidas por direitos e garantias institucionais, permitindo, dessa forma, o pleno exercício da cidadania e, conseqüentemente, da própria democracia.

Entre os cientistas políticos que desenvolveram suas pesquisas e apresentaram um conjunto de evidências que apoiam a ideia central da teoria da modernização, de que o desenvolvimento econômico produz mudanças de forma a afetar o comportamento político, social e cultural das pessoas, estão Ronald Inglehart e Christian Welzel (2009). No clássico *“Modernização, mudança cultural e democracia: a seqüência do desenvolvimento humano”*, os estudiosos demonstraram empiricamente que o desenvolvimento econômico, ligado à industrialização e ascensão da sociedade pós-industrial, produziu um processo que refletiu uma transformação humanística da modernização. Nela, os valores emergentes de autoexpressão transformam a modernização num processo de desenvolvimento humano, produzindo um novo tipo de sociedade que promove a emancipação humana em muitas vertentes, da igualdade de direitos para homossexuais, portadores de deficiência e mulheres aos direitos das pessoas em geral (INGLEHART e WELZEL, p. 73, 2009).

Suas contribuições enfatizam que favorecer a independência material, intelectual e social das pessoas alimenta um sentimento de segurança existencial e de autonomia, gerando valores humanísticos de autoexpressão que enfatizam a emancipação humana, colocando a

liberdade acima da disciplina, a diversidade acima da conformidade e a autonomia acima da autoridade (INGLEHART e WELZEL, p. 189, 2009). Para eles, a mudança cultural é um fator de grande importância no surgimento e na sobrevivência da democracia.

Com os argumentos teóricos deste estudo pretendem-se investigar o papel da educação cidadã como mecanismo basilar na formação de novos atores, indivíduos legais e politicamente concebidos como agentes transformadores da sociedade, cuja atuação e participação política podem contribuir para o enfrentamento destas ameaças autoritárias e do fortalecimento dos princípios democráticos do regime.

Apesar de concordar com O'Donnell e seus requisitos para a definição de democracia, consideramos que existe uma dimensão pouco trabalhada pelo autor, mas que é fundamental para a estabilidade dos regimes democráticos e, principalmente, para a sua qualidade: a dimensão da cultura política. Na próxima seção iremos argumentar a importância de uma cultura cívica e democrática e como a sua ausência está associada aos diagnósticos mais recentes de uma “crise” ou “desconsolidação” democrática.

1.2 Cultura política: conceitos e o debate sobre “crise” das instituições.

Cultura Política compreende estudar o processo histórico que deu origem à formação de valores, normas e atitudes que norteiam o comportamento político na sociedade, levando em consideração os complexos elementos que englobam os aspectos socioculturais, políticos e econômicos, dentre os quais ajudam a empreender análise de como se forja a consciência política de certa sociedade e de que modo ela se expressa. Presente no cotidiano dos indivíduos, pode servir para regular a transmissão de valores políticos ou para legitimar o funcionamento das instituições políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada a como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade. (BAQUERO, p. 102. 2001)

Apesar dos avanços democráticos conquistados depois de 1988 e ao longo das últimas décadas, diversas pesquisas foram desenvolvidas sobre o impacto que a formação da cultura política democrática e participativa sofre no Brasil, influenciada por fatores como instabilidade econômica e de má distribuição de renda e riquezas, tudo isso, fomentado pelo agravamento da situação social; a continuidade da prática de corrupção institucionalizada, e, as incertezas dos cidadãos em confiar que instituições como os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e de que estes possam apresentar alternativas ou soluções para os problemas da sociedade (BAQUERO, 2001; MOISÉS, 2008).

Através de pesquisa com amostras representativas, Baquero (2001), demonstrou predominar no Brasil uma cultura política fragmentada e de desconfiança, acirrada pela deslegitimação das instituições políticas democráticas, orientadas por relações sociais paternalistas, personalistas e clientelistas, o que teria gerado uma “grave crise de representação política” e uma cultura política desafeta à participação. Desta maneira, é necessário levar em consideração o caráter histórico da política brasileira, que configura bases de um comportamento orientado por tais relações sociais, a influência da participação crítica dos brasileiros na política (além do simples ato de votar), pois vivemos um cenário de elevados déficits educacionais e sociais, que permitem a permanência de uma cultura política desafeta à participação, possibilitando a institucionalização de formas antidemocráticas de governar. Com o crescente questionamento às ações governamentais, que configura certa situação de erosão dos princípios democráticos, mesmo que isso não se configure em potencial ruptura institucional, a falta de confiança nas instituições pode levar à manutenção de um sistema democrático permanentemente instável. (BAQUERO, p. 104. 2001).

José Álvares Moisés (2008), por sua vez, analisou a adesão à democracia dos latino-americanos por meio de uma tipologia de comportamentos de cidadãos classificados em: democráticos, ambivalentes ou autoritários. Ele constatou a ambivalência política do cidadão, isso é, cidadão que ora apoiavam a democracia, ora o regime autoritário, além do desprezo e do descrédito com o parlamento e os partidos políticos e como essas atitudes estão associados à preferência por soluções à margem da lei, como o retorno ao militarismo ou às lideranças carismáticas. Além disso, a insatisfação de repostas por parte das elites políticas e da desconfiança em suas instituições indicarem que o indivíduo não sente que seus direitos de participação e representação sejam canais efetivos para enfrentar problemas de corrupção ou de desigualdades sociais, considerou que esse processo de progressiva deslegitimação das instituições básicas da democracia representativa poderia ser usado para alimentar alternativas antidemocráticas (MOISÉS, 2008).

O teórico democrático moderno Yascha Mounk (2018), analisando o cenário atual em que populistas autoritários chegaram ao poder e cidadãos perderam a confiança em seu sistema político, considera que a população é excluída das tomadas de decisões fundamentais, pois as elites políticas se isolaram extraordinariamente da opinião popular, o que, para o autor, coloca o modelo da democracia representativa em xeque. Considera, ainda, que depois da internet, de forma virtual, todo cidadão poderia debater e votar propostas para as políticas públicas, grandes e pequenas, pois para o cidadão das gerações anteriores parecia natural que

as pessoas governassem mediante instituições e elessem seus representantes indo a um local de votação. Sua opinião é de que estas instituições começaram a parecer canhestras para a geração criada no imediatismo do voto digital plebiscitário, do Twitter e do Facebook, do *Big Brother* e do *American Idol*. Entretanto, ele também pondera que a ideia de democracia direta tem muito mais adeptos na teoria que na prática, pois talvez o cidadão de hoje não esteja tão envolvido no resultado dos debates sobre políticas públicas como está na votação de programas de *reality show*. O entendimento é de que o sistema representativo está fragilizado porque o eleitor médio, hoje, sente-se mais alienado da política ao não se reconhecer em seus representantes, que estão cada vez mais ligados às organizações e corporações que os financiam, do que aos membros das comunidades que os elegem.

O diagnóstico de declínio ou desconsolidação da democracia envolve o debate atual de autores que tentam explicar a tendência de insatisfação com o regime (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019) fomentada por uma situação de liberalismo antidemocrático, de insatisfação com a democracia e o apoio a opções autoritárias.

A ascensão de movimentos e líderes autoritários podem expressar a insatisfação popular com os mecanismos de regimes que ao mesmo tempo que respeitam o Estado de direito e protegem as minorias, falham em traduzir preferências populares em suas políticas públicas (BOTELHO, OKADO e BONIFÁCIO, 2020). Botelho et. al. (2020) ampliaram os estudos que já haviam diagnosticado perfis autoritários entre jovens em países ocidentais desenvolvidos, em um diagnóstico que concentrou em inserir a América Latina nesse debate, através de séries históricas de pesquisas de opinião pública e reforçaram os resultados de que o perfil ambivalente e autoritário se compõe de pessoas jovens, com escolaridade baixa, desconfiadas das instituições e insatisfeitas com a democracia.

Neste interim, pesquisadores da cultura política entendem que:

“o problema maior é que são justamente esses cidadãos que, colocados diante de alternativa anti-institucionais, aceitam um regime no qual as instituições (e sua legalidade) bem como os partidos (e sua representação) perdem sua importância, dando margem a traços autoritários enraizados em nossa cultura política” (CASALECCHI, p. 43, 2011).

Na prática, o ponto fundamental é que a ligação de democracia e certos aspectos da igualdade entre indivíduos, postulados como pessoas legais e, conseqüentemente, cidadãos (portadores de direitos e obrigações), que derivam de seu pertencimento a uma comunidade política e de lhes ser atribuído certo grau de autonomia pessoal e de responsabilidade por suas

ações (O'DONNELL, 1998, p. 39), o que inclui participar na crucial decisão coletiva de quem os governará durante certo tempo e das políticas públicas de que necessitam. As ligações políticas em sociedades com imensas distâncias sociais, caracterizadas pela profunda desigualdade e pobreza, alimentam padrões de múltiplas relações autoritárias entre os poucos privilegiados e a grande massa de desassistidos, o que acaba sendo obstáculo à obtenção da cidadania plena em jovens democracias como a nossa (O'Donnell, 1998).

Com base na teoria da cultura política, concluímos que o exercício da democracia depende, ao menos em parte, de uma cultura democrática, na qual os cidadãos valorizem o regime político e valorizem as instituições por meio das quais ela funciona na prática. Assim como uma cultura na qual o cidadão se sinta parte do processo político, estimulado a participar e a incorporar uma cidadania “plena”, de deveres e responsabilidades. Por essa razão, é tão importante a construção de uma “cidadania cívica”.

1.3 Participação política e educação cidadã.

“Uma forma democrática de sistema político participativo requer também uma cultura política consistente com ela” (ALMOND e VERBA, 1989)

A citação inicial deste tópico expressa a importância da Educação política, que teve seu prelúdio a partir do estudo comparativo na obra *The civic culture*, dos cientistas sociais Gabriel Almond e Sidney Verba (1965/1989). A obra discute as orientações e atitudes políticas das pessoas em relação ao sistema político e seus diferentes componentes, e, às atitudes em relação ao seu papel no sistema, reportando-se às normas, valores e crenças dos cidadãos de situações favoráveis ao estabelecimento e manutenção do governo democrático, sob três aspectos: cognitivo - conhecimento político e crença no sistema; afetivo – sentimentos sobre o sistema político (pessoas, papel, desempenho); e, avaliativo – julgamento e opiniões sobre o sistema político. O estudo, apesar de ter gerado inúmeras críticas metodológicas, foi pioneiro no cruzamento de dados sociais que podem indicar a existência e sustentabilidade de uma sociedade democrática, além de impulsionar tantas outras pesquisas posteriores com o mesmo estudo científico-político.

A produção de trabalhos que estudam as dimensões de competência cívica no processo de socialização política para a infância e a juventude tem sido desenvolvida, nas áreas da ciência política, da educação e da psicologia, deste a década de 1950, tanto no contexto internacional de democracias consolidadas (CAMPBELL, GURIN e MILLER, 1954;

ALMOND e VERBA, 1963; EASTON e DENNIS, 1967; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995/2012), quanto no contexto de jovens democracias, caracterizadas pela conjuntura da herança de recentes regimes autoritários ou de países marcados pelos problemas econômicos e sociais (FINKEL, SABATINI e BEVIS, 2000; BAQUERO, 2001; COSSON, 2008; FINKEL e SMITH, 2011; CASALECCHI, 2011/2012; FUKS, 2011/2012/2014).

Embora não seja um cientista político, nem esteja na lista dos estudiosos do comportamento e da competência cívica, o antropólogo Darcy Ribeiro é um bom ponto de partida para o debate, quando na 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977, fez a seguinte denúncia: “Em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos”, ideia que continuou sustentando anos depois, de que existia um projeto para transformar a educação num privilégio, ao invés de ser um direito. Tal manifesto parecia prenunciar declarações³ do Ministro da Educação entre julho de 2020 e março de 2022, Milton Ribeiro, de que “universidade deveria ser para poucos”, e, de ações como os profundos cortes no orçamento à educação universitária e à pesquisa, agenda ideológica (autoritária e despótica) do atual governo brasileiro.

Os direitos sociais instituídos pelo processo de redemocratização deram luz ao enfrentamento de Ribeiro, pela ânsia da formação de um Estado arauto, com instituições fortes e um povo participativo. Porém, a jovem democracia assiste poucos progressos e ainda muitas falhas na formação da consciência cívica dos alunos para compreender a sociedade em que vivem e se posicionarem criticamente dentro dela. O texto constitucional se refere explicitamente à função da educação no que concerne ao preparo de todos para o exercício da cidadania e a democracia depende essencialmente da qualidade e efetivação deste direito.

Tal agrura, percebida nos altos índices de criminalidade, no exponencial da intolerância, no obscurantismo dos agentes políticos, produz intensos debates teóricos e estudos científicos sobre a deficiência histórica que assola a educação brasileira e das medidas estatais necessárias para minimizar tal lacuna de educação e participação cidadã.

A cidadania participativa, conceito moderno e ainda em evolução, construído a partir da ideia de pertencimento a uma comunidade articulada, com atribuições constitucionais de direitos e deveres formais (referente à nacionalidade, de pertencimento a um Estado/Nação) e

³ A declaração foi dada no programa Sem Censura, na TV Brasil. Matéria disponível <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.shtml> Acesso em 12 agosto 2021.

substantivos, foi inaugurada pelo estudo clássico de T.H. Marshall, *Cidadania e classe social e Status*. Para o autor, a educação é necessária para assegurar a liberdade civil, da mesma maneira que a democracia política necessita de um eleitorado educado. A educação é condição de existência para a discussão dos demais direitos. (MARSHALL, 1967. p.71-73).

Em recente trabalho sobre o tema da participação institucional nas últimas décadas (LOPES e NASCIMENTO, 2016), o estudo não só contribuiu com o entendimento de diversos e novos atores de transformação coletiva (movimentos sindicais, a construção de associações de solidariedades locais, de grupos organizados com temáticas vinculadas aos direitos humanos, além de setores da classe média), como também com a construção literária sobre a relação da sociedade civil e o Estado, sobretudo com a popularização do termo “participação”, após a descentralização política introduzida pela Constituição Federal de 1988. Os autores ajudaram a assentar o consenso de que a participação não foi uma inovação institucional capaz de combater todos os vícios políticos do Estado, mas um processo de amadurecimento do sistema democrático como elemento aditivo na organização da vida política, configurada por formas singulares e institucionalizadas, como a exemplo do Orçamento Participativo e dos Conselhos de Políticas Públicas.

Além disso, o texto apresentou claramente que estudos diversos mostram a relação entre representação e participação, pacificando a ideia de que a representação política não anula a participação, ao contrário, complementa-a. Isso, através da construção de variáveis e indicadores empíricos que mudam de autor para autor em razão de suas múltiplas metodologias de análise, mas que evidenciou o esforço da literatura em encontrar meios de aferir a qualidade da participação política em espaços institucionais, o que perpassa, também, o crédito sobre a educação cívica dos indivíduos neste processo.

Em um estudo que buscou desenhar novos horizontes da emancipação social, Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002) entendem que existem diferentes modelos de práticas democráticas, que vão além do modelo hegemônico da democracia liberal, necessidade ímpar num mundo que se reconhece multicultural, de legitimar a cidadania participativa, quer pressionando as instituições da democracia representativa no sentido de torna-las mais inclusivas, quer, ainda, buscando formas de complementariedade mais densas entre a democracia participativa e a democracia representativa.

Utilizando a experiência do Orçamento Participativo, que surgiu em várias cidades do Brasil e também de países da América Latina, dentre outras tantas práticas e modelos de democracia participativa no mundo, os autores procuraram salientar que a força da

globalização contra-hegemônica para o aprofundamento da democracia participativa depende da ampliação e aprofundamento das redes nacionais, regionais, continentais e globais, das práticas locais como o do exemplo em epígrafe. Os autores chamam atenção para o perigo da perversão e cooptação como patologia das democracias representativas, da manipulação das instituições participativas, da perversão nas práticas hegemônicas de descaracterizar ou deslegitimar novas práticas de políticas inclusivas. Para eles, o desafio das instituições é fomentar o fortalecimento da democracia participativa, através de uma pluralização cultural, racial e redistributiva, que se multipliquem as experiências bem sucedidas em diversas outras direções, o que eles chamaram de novas gramáticas experimentais.

No mesmo sentido, Ronald Inglehart e Christian Welzel (2009) afirmam que os valores de autoexpressão são inerentemente emancipadores e centrados nas pessoas, gerando um novo tipo de sociedade humanística que promove a liberdade e a autonomia em várias vertentes. Para eles, o respeito à autoridade está diminuindo e a tendência de longo prazo no sentido de uma maior participação das massas assumiu um novo caráter, assim, asseveram que as formas de participação lideradas pela elite estão definindo (INGLEHART e WELZEL, p. 69, 2009).

Portanto, se reconhece a multiplicidade dos resultados e o potencial que as instituições participativas têm para interferir no formato e na qualidade do acesso às políticas públicas e também para auxiliar no processo de aprendizagem política dos cidadãos participantes.

Em estudos mais amplos, Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019) analisaram dados do Barômetro das Américas de 2010, e, diferentes variáveis contextuais (índices de democracia – *Polity IV*, e, medidas de riqueza e desenvolvimento econômico – *World Bank*), para explicar o sistema de crenças e as atitudes democráticas dos latino-americanos. Os testes estatísticos apontaram a importância do funcionamento contínuo das instituições democráticas para a disseminação de valores democráticos, e que em democracias mais estáveis (com mais tempo de estabilidade do regime e maior desenvolvimento econômico) aumentam as chances de formar cidadão com atitudes coerentemente mais democráticas.

Em outro trabalho, Fuks e Casalecchi (2019) analisaram dados do Barômetro das Américas de 2012. Mesmo levando em consideração que no contexto de jovens democracias cada país possui características específicas, sendo necessários estudos que ampliem variáveis e métodos, os resultados possibilitaram identificar implicações importantes para o tema da legitimidade democrática. Não somente o papel central da educação formal como requisito básico para uma cidadania plena, o estudo demonstrou que os efeitos da educação variam em contextos mais amplos, por exemplo, a trajetória dos regimes democráticos, sua duração e

qualidade. Portanto, para os autores, não somente a variável da escolaridade, mas o contexto importa ao avaliar a relação entre educação e atitudes democráticas.

Um recente estudo, este mais específico, realizado pelos pesquisadores Fuks e Casalecchi (2018), contribuiu para expandir o conceito de competência política, acerca do conhecimento político e as atitudes democráticas na América Latina. Os testes realizados pelos pesquisadores, com dados do Barômetro das Américas de 2008, desenvolvidos pelo *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*, para os autores o banco mais completo em variáveis sobre conhecimento político, atitudes democráticas e apoio à democracia, revelou implicações importantes no debate sobre a competência política, pois demonstraram que o conhecimento político tem efeito positivo sobre as atitudes democráticas, bem como nos princípios democráticos pressupostos como eleições limpas e competitivas, participação por meios não convencionais, e, a independência dos poderes, defesa do Estado de Direito e tolerância política. (FUKS e CASALECCHI, p.62, 2018).

Outros autores e estudos exploraram, no campo da cultura cívica e sofisticação política (DALTON, 2013; BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015), sobre um novo perfil de eleitor apartidário em democracias consolidadas, caracterizado por forte apoio à democracia, posicionamento crítico às instituições, e, preferência por formas mais diretas de ação política e apoio difuso ao regime democrático, evidenciaram também as dificuldades efetivas deste perfil, no contexto de jovens democracias, nas quais a cidadania crítica nem sempre é acompanhada por um democratismo consciente em razão da curta experiência com o regime e dos valores congruentes com o aprimoramento dessa forma de governo. Segundo os resultados levantados nas pesquisas, que procuram identificar contornos fundamentais dessa cidadania crítica através de perfis básicos (independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários) os autores asseveraram que o problema que permanece como ameaçador nas jovens democracias é a alienação política ou a falta de sofisticação de um contingente majoritário de brasileiros, que são desmobilizados em termos cognitivos ou orientados por noções muito rudimentares sobre o mundo da política.

Com isso, os estudos ajudam a fundamentar a principal premissa a nossa pesquisa de que além do processo de formação do cidadão democrático por meio de ambientes de socialização em que o valor da democracia é disseminado (escola/universidade), a existência de programas educação cidadã (como o parlamento jovem), cujas propostas pedagógicas propõem a compreensão da política e favorecem a adesão à democracia.

Para tentar aprofundar o debate e testar o fomento da participação popular e do fortalecimento democrático através da educação cidadã introduzido no texto, utilizamos como objeto deste estudo o programa de educação cívica (Parlamento Jovem), da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, que no ano de 2008, em parceria com a UFMG, desenvolveu uma pesquisa, cujos dados permitem analisar as variáveis dos níveis de conhecimento e de confiança nas instituições formalmente instituídas e coletivamente organizadas, e, da condição de participar deste tipo formação de conhecimento específico nas benesses do comportamento cívico, participativo e democrático.

No capítulo seguinte traremos o compêndio da literatura que trabalha o tema da educação cívica, no que diz respeito à sua contribuição social para os pilares democráticos. Fazemos uma reflexão de que a lacuna da educação cívica na sociedade perpassa o enfrentamento da qualidade e intensidade na participação cidadã, no que se refere ao repertório de participação política (além do voto), incluindo mecanismos institucionais (conselhos, fóruns, orçamento participativo), de participação direta (financiamento de campanha, representante de bairros, relações diretas locais) além dos protestos. Este próximo capítulo apresenta o objeto de pesquisa (Parlamento Jovem Assembleia Legislativa de Minas Gerais), sua organização e propósitos, partindo de importantes premissas e contribuições de estudos sobre este objeto que já foram desenvolvidos, o que nos permitiu embasar conceitos e fazer importantes escolhas metodológicas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO CIDADÃ DO PODER LEGISLATIVO.

2.1 Programas de Educação Cívica no Brasil

Dentro do universo do Poder Legislativo, até o início da década de 1990, a educação consistia, principalmente, nas ações das comissões permanentes de educação, cuja função era apreciar e deliberar sobre projetos de organização do sistema educacional por meio de proposta de legislação específica (COSSON, 2015). Com o surgimento, em 1992, da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), cujo sistema de educação legislativo é constituído por uma rede de órgãos pedagógicos que são responsáveis ou desempenham funções educativas no âmbito do parlamento, uma nova situação se apresentou para a relação entre legislativo e educação.

Amparados pela Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de junho de 1998 (que trata da formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos e da manutenção de escolas de governo no âmbito da União, Estados e Distrito Federal), além das legislações internas das casas legislativas, que instituem suas escolas por meio de Resoluções, Decretos Legislativos e Portarias, a educação legislativa desenvolve-se através de um conjunto de órgãos pedagógicos dentro do legislativo federal, estadual e municipal e são denominados de escolas, institutos ou centro de formação. Este organismo, inclusive, possui uma associação própria criada no ano de 2003, a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (ABEL), que é uma sociedade civil e sem fins lucrativos que congrega escolas, centros de treinamento, institutos de estudos e pesquisa, e, entidades afins vinculadas ao Poder Legislativo brasileiro, nos níveis federal, estadual⁴ e municipal⁵, incluindo-se as Escolas dos Tribunais de Contas.

Além da educação profissional de seus quadros funcionais, com cursos de formação política, de aperfeiçoamento e de treinamentos para áreas específicas, como processo legislativo, gestão de programas institucionais, entre outros, as escolas/institutos oferecem programas destinados a públicos externos, como visitantes e turistas, jovens, professores e entidades da sociedade civil, por meio de programas de educação para a democracia. Entre alguns exemplos, destacam-se os programas do parlamento jovem, desenvolvidos pelo

⁴ Listas das Escolas de Assembleias Legislativas <https://www.portalabel.org.br/escolas/escolas-de-assembleias-legislativas>

⁵ Listas das Escolas de Câmaras Municipais <https://www.portalabel.org.br/escolas/escolas-de-camaras-municipais>

Congresso⁶, pelas Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras Municipais (COSSON, 2008). Para Marques Júnior (2009), o crescente investimento das instituições legislativas em programas de educação para a democracia é uma tentativa de resposta à crescente desconfiança política e à rejeição da população ao sistema representativo, cuja tese foi reforçada por Ribeiro (2011), quando afirma serem estratégias para aproximar a sociedade do Parlamento, com a perspectiva de se resgatar a sua legitimidade.

Desde a criação da primeira escola do legislativo pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 1993, e após a criação da ABEL, além da consolidação do sistema de educação legislativa (CARVALHO, 2012), vários estudiosos da educação legislativa têm produzido trabalhos que analisam os efeitos destes programas.

2.2 O Parlamento Jovem Mineiro

Assim como diferentes eventos internacionais de educação cívica como o *European Youth Parliament*⁷, e o *Master in European Studies*⁸, organizações que desenvolvem atividades de debate, simulação e prática de temas do cotidiano parlamentar, a fim de capacitar os jovens a serem cidadãos abertos, tolerantes e ativos, nas últimas décadas, o Poder Legislativo (Congresso, Assembleias e Câmara Municipais) têm agido como importante ator na promoção de Políticas Públicas de formação cidadã, criando diferentes programas que mergulham os jovens a ambientes de abundantes informações de variadas experiências práticas do universo legislativo e político. Para Martins e Barros (2018), ao desenvolver projetos de educação para a cidadania democrática o Parlamento exerce de forma efetiva e intencional uma missão educativa e de promoção democrática.

Criado em 2004 pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, o Parlamento jovem (PJ)⁹ é um programa que anualmente proporciona aos jovens estudantes participantes de Minas Gerais a experiência direta com o Parlamento.

⁶ O Parlamento Jovem Brasileiro, desde 2004, possui edições nacional, realizadas pela Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem>

⁷ <https://eyp.org/list-of-international-sessions/>

⁸ <https://www.helsinki.fi/en/admissions/degree-programmes/european-and-nordic-studies-masters-programme>

⁹ O Parlamento Jovem Mineiro, desde 2004, possui edições realizadas pela Assembleia de Minas Gerais. https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/

O programa fez parte de investimentos de modernização e mudanças na estrutura organizacional promovida pela ALMG, incluindo a criação da primeira Escola do Legislativo do Brasil, iniciativa que buscava promover maior interlocução com a sociedade, a formação e qualificação profissional do corpo técnico e diferentes atividades de fomento à educação para a cidadania. Com esse arrojo institucional, o objetivo foi criar novos canais de participação, como ciclos de debates, audiências públicas, Comissão de Participação Popular, conferências estaduais, fóruns técnicos e seminários legislativos (ANASTASIA, 2001).

O Programa do Parlamento Jovem vem sendo aprimorado e expandido ao longo dos anos, e conta com Plenárias Municipais, Regionais e Estadual do PJ Minas. O estímulo à formação política é propiciado pela vivência através de etapas, que vão desde a formação dos monitores (estudantes universitários que atuam junto aos estudantes participantes); o encontro entre os alunos e professores envolvidos no programa, momento em que são promovidas palestras com especialistas, debates e votação do tema abordado na edição anual; atividades de duração de um semestre no formato de oficinas, palestras ou debates, nas próprias escolas ou na ALMG, o que permite aos alunos participantes conhecerem o Plenário e os auditórios das Comissões Técnicas; o Seminário Legislativo, com as reuniões de Grupos de Trabalho, em que são elaboradas e votadas as proposições, depois de defesas, junções e supressões; e, finalmente, a Plenária Final (Sessão realizada no Plenário da ALMG), para a discussão e a votação de todas as propostas dos documentos finais, que são entregues à Comissão de Participação Popular da ALMG, para os devidos encaminhamentos formais, todas atividades coordenadas pelos monitores do programa.

Para Gonçalves e Calalecchi (2013), o Parlamento Jovem é considerado um evento de curta duração, com intenso fluxo de informações e repleto de atividades políticas voltadas para um objetivo final – a aquisição de maior competência política, características que distinguem o Parlamento Jovem de outros eventos políticos.

Os dados que serão analisados pela presente pesquisa foram produzidos a partir de um *survey*¹⁰, da edição do Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, edição de 2008, cujo tema foi "Jovem e violência: provocador ou vítima?", contou com sete escolas participantes (pública, privada e militar), e as questões fazem parte do banco de dados da pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, coordenado pelo professor do departamento de Ciência Política da UFMG, Dr. Mário Fuks.

¹⁰ São dois momentos de mensuração feita pelo *survey*, a primeira que antecede o início dos trabalhos do Parlamento Jovem, e, a segunda, realizada ao final do projeto, cujos dados sobre os efeitos do Programa no comportamento político e na construção do conhecimento cívico dos jovens serão aqui examinados.

Partindo deste pressuposto examinado na literatura, este trabalho tem o objetivo de identificar se o ganho informacional específico e também amplo na sofisticação política deste tipo de programa de educação cívica é capaz contribuir ou ao menos minimizar os efeitos deletérios do “senso comum”, fomentar a participação política, através do ganho de conhecimento sobre as funções e a dinâmica de funcionamento das instituições. A hipótese é de que, quando imergidos nas atividades educacionais e na complexidade institucional da ALMG, os alunos terminem culturalmente mais propícios á participação cívica. Inicialmente trabalhamos os resultados referentes ao conhecimento dos jovens antes da incisão pedagógica do PJ, a fim de confirmar algumas hipóteses de falha na educação cívica promovida pelo sistema educacional brasileiro, e, posteriormente, através de variáveis de conhecimento informacional e de conhecimento conceitual, investigamos seus efeitos.

2.3 Algumas análises já enfrentadas com dados obtidos no Parlamento Jovem

O ambiente familiar e escolar são estruturas que propiciam ao indivíduo fenômenos e processos no perfil político do jovem, e, futuramente, no adulto, tese confirmada pela literatura, de que esses ambientes contribuem efetivamente na atitude e engajamento político (FUKS, 2012). Mesmo entendendo que os sujeitos participantes ao ingressarem no PJ, apesar da baixa idade, fazem-no com certa bagagem de conhecimento, clivagem do processo de seleção do programa que já acontece quando as escolas selecionam os alunos por se destacarem ou possuírem conhecimento diferenciado dos demais (melhores alunos), sendo esta bagagem reflexo, sobretudo, de sugestões familiares e do ambiente escolar (SAMPAIO e SIQUEIRA, 2013), diversos estudos utilizaram como objeto o programa e avaliaram o PJ – ALMG (CASALECCHI, 2011/2012; FUKS, 2011/2012/2014; FUKS e CASALECCHI, 2011; GONÇALVES e CASALECHI, 2013; SIQUEIRA, 2013), e, além de avaliarem que a atividade tem obtido resultados positivos, especialmente em relação aumento da confiança na instituição, também concluíram que os participantes deste tipo de programa tornam-se cidadãos mais politicamente informados e ativos.

Mario Fuks, estudioso que atua na área do comportamento político, fortalece a teoria da cultura política, e, pesquisador que idealizou e promoveu o *survey* objeto desta pesquisa (entre outras desenvolvidas por ele e outros pesquisadores), contribui com interessantes trabalhos, utilizando o banco de dados do PJ 2008 da ALMG.

Em análise dos ambientes socializadores de alunos de ensino médio (jovens entre 14 e 16 anos, participantes do projeto) a fim de entender os efeitos diretos, indiretos e tardios no

processo mediante o qual os jovens se tornam cidadãos participativos Fuks (2011) verificou que, de forma direta, o elo é o envolvimento dos pais com atividades de natureza associativa; de forma indireta a participação dos pais (a escolaridade e a classe social), bem como o tipo de escola e o hábito de se informar sobre política esclarece de que forma o ambiente escolar afeta a participação dos jovens. Já sobre os efeitos tardios na transmissão intergeracional do comportamento político, os fatores de natureza motivacional são indicadores de uma disposição do jovem para a participação da vida política na vida adulta.

O estudo revelou ser a motivação individual o fator que tem influência direta sobre as modalidades de participação política, se estimulada, e, em especial quando associada com um ambiente familiar politicamente estimulante. A busca por informação política, a propensão a participar de debate, a postura crítica e eficácia subjetiva dos jovens, assim como o envolvimento dos pais com atividades participativas, são, socialmente, distribuídas de forma mais igualitária do que a classe social e a escolaridade (FUKS, P. 169, 2011).

Ainda estudando a influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens, outro estudo de Fuks (2012) explorou o *survey* do PJ 2008 para analisar os dados sobre o conhecimento sobre política, a participação e as atitudes, e, constatou que efeitos indiretos contribuem para a formação de seletos grupo considerado politicamente sofisticado. Segundo o autor, existem efeitos indiretos relacionados ao conhecimento e à participação política, que contribuem para a formação de um ambiente politicamente mais estimulante, e, acontecem em condições sociais como entre os jovens que possuem pais escolarizados, frequentem escolas que possuam melhores recursos, propiciem maior acesso à informação e estimulem o interesse por política. Já os efeitos diretos relacionados às atitudes conservadoras podem estar relacionados aos jovens que fazem parte de um sistema integrado de instituições socializadoras, como o da formação militar (escolas militares) e da formação religiosa.

No mesmo interim, também explorando o banco de dados do *survey* do PJ 2008 da ALMG, Gabriel Avila Casalecchi (2012), desenvolveu interessante pesquisa que sustentou as teorias da socialização através dos eventos políticos e de educação cívica como o Parlamento Jovem, pois ofereceu resultados consideráveis quanto às atitudes políticas, especialmente a confiança política e as imagens das instituições, que podem ser afetadas em curto prazo por estes eventos que reúnem um grande fluxo de informação, atuando na cristalização das atitudes dos jovens e na construção da competência cívica.

O trabalho *“Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil”* Fuks (2014) constatou que os jovens adquiriram

conhecimento a respeito do nome das siglas de algumas instituições políticas, e, também, aprenderam a distinguir as instituições legislativas de demais instituições políticas, o que pode identificar um padrão de influência do PJ sobre o conhecimento político dos jovens, dado ao ambiente de imersão das atividades voltadas mais especificamente para o aprendizado do processo legislativo, característico do programa.

Ainda neste estudo o autor analisa, em relação às atitudes, a distinção sobre “objetos da política” (ALMOND e VERBA, 1994), no que se refere entre objetos específicos concretos (instituições políticas) e os princípios abstratos (tolerância), afirmando serem os primeiros mais maleáveis que os segundos, o que poderia explicar, por exemplo, alguns resultados não tão otimistas quanto aos efeitos nas atitudes políticas dos participantes no programa. Ao afirmar que o PJ desperta o jovem para o mundo da política, também aborda a tese de que a participação nestes tipos de eventos possa, com o decorrer do tempo, estimular a participação política com mais frequência, o envolvimento em futuras atividades cívicas, o que Fuks chamou de “efeitos tardios”. Tais “efeitos tardios” também puderam ser confirmados em recente estudo de autopercepção, desenvolvido com egressos de outro programa, o Programa Parlamento Jovem Brasileiro - PJB, da Câmara dos Deputados entre os anos de 2004 e 2016 (MARTINS e BARROS, 2018) que analisou as influências dessa ação educativa na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal dos egressos.

Este estudo, quanto à cultura cívica, além de confirmar os resultados de pesquisas um pouco mais antigas sobre ampliação da confiança no Poder Legislativo e do aumento do interesse dos jovens pelo universo da política (CARVALHO, 2009; FUKS, 2014; FUKS; BATISTA, 2011; FUKS; CASALECCHI, 2012; GONÇALVES; CASALECCHI, 2013), mostrou os efeitos serem relevantes e duradouros no tempo. O entendimento foi de que o PJB contribui para a formação de cidadãos ativos e participativos na vida pública (requisito considerado por Marcelo Baquero para uma democracia participativa), através da constatação de uma atuação significativa dos egressos (participação política manifesta) em associações de bairro, ONGs, movimentos estudantis, manifestações de rua e protestos, elaboração ou assinatura de abaixo-assinados e expressão de posicionamentos políticos em redes sociais. Na amostra dos egressos das edições analisadas, foi consideravelmente identificada participação política manifesta via partidos políticos, descrita pela filiação partidária, militância e participação em campanhas eleitorais, além da motivação à participação política por meio de candidaturas a cargos políticos, inclusive de alguns registros de candidaturas.

Segundo Martins e Barros (2018), apesar da constatação de que o perfil do jovem que ingressa no PJB é mais politizado do que o do jovem médio brasileiro e das múltiplas variáveis não mensuradas que podem interferir sistematicamente no comportamento político desses cidadãos (variáveis também anteriormente investigadas), os resultados da pesquisa apontaram uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política. Tais resultados, que consideram o aumento dos níveis de ensino, do acesso à informação política e do conhecimento sobre o papel das instituições, embasam os conceitos de que estas características podem produzir um processo de mobilização cognitiva, capazes de ampliar habilidades políticas e recursos do cidadão médio, o que o tornaria mais próximo do ideal da teoria democrática, de eleitores capazes de fazer julgamentos críticos e independentes.

As contribuições dos trabalhos já realizados ajudam no objetivo de aprofundar a investigação dos ganhos de conhecimento sobre as instituições em diversos programas de educação cívica, como por exemplo, o Parlamento Jovem, objeto deste estudo, que trabalham para proporcionar a formação em jovens indivíduos de uma cultura política mais democrática e participativa.

No capítulo seguinte apresentamos o desenho da pesquisa bem como as premissas que implicaram a escolha metodológica utilizada para a análise dos dados do quase experimento “*O Parlamento Jovem como espaço de Socialização Política*”, objeto desta pesquisa. Nele também trazemos a parte empírica deste trabalho, demonstramos as análises dos dados coletados pelo *survey* aplicado no projeto Parlamento Jovem (2008) com relação ao conhecimento dos jovens mineiros, cujos dados englobam resultados preliminares - da rodada anterior à realização do programa, e, posteriores – sobre os efeitos do programa, além de outros dados relevantes que podemos desbravar e fazer importantes reflexões e apontamentos.

3. METODOLOGIA E RESULTADOS OBTIDOS

3.1 Desenho de Pesquisa

O desenho da pesquisa busca testar os efeitos de ganhos de conhecimento político e atitudes democráticas, através de experiências socializadoras, características dos programas de educação cívica, tendo como objeto analisado o Parlamento Jovem mineiro (Edição 2008), cujos dados utilizados foram os obtidos a partir de uma pesquisa em painel realizada naquela edição, organizada pelo Prof. Dr. Mario Fuks da Universidade Federal de Minas Gerais.

O banco de dados do Parlamento Jovem mineiro 2008, aqui trabalhado, foi composto por jovens do ensino médio de Belo Horizonte, com 175 jovens do grupo de tratamento (que participaram do PJ) e 176 do grupo de controle (que não participaram), totalizando, dessa forma, 351 entrevistas. Porém, desconsiderados os entrevistados (no pré-teste e no pós-teste) que por algum motivo não responderam ao questionário ou dos inscritos que abandonaram as atividades do PJ, foram consideradas 294 (126 dos participantes e 168 entre o grupo de controle) aplicações de questionários realizados no tempo 1- antes da intervenção do PJ, e, no tempo 2 -, ao fim do programa. Esta é nossa base de dados.

A construção do banco segue a lógica da pesquisa quase experimental (CAMPBELL & STANLEY, 1979; COHEN & FRANCO, 2009). O quase-experimento, que busca uma relação de causa e efeito na verificação do impacto do evento em análise, se dá com dois grupos: o de tratamento, cujos jovens são inseridos à intervenção do PJ, e, o de controle, cujos jovens com semelhantes perfis socioeconômico e educacional (o que a metodologia chama de grupos emparelhados) e não foram expostos à intervenção do PJ, para que se possa separar os conhecimentos realmente adquiridos pelo programa educacional.

Além disso, existe a relevância do fator tempo, ou seja, a maneira de mensurar mudanças ocorridas ao longo da intervenção do programa, que são feitas através das avaliações nestas duas fases de entrevistas, o que permite organizar os níveis de informações dos jovens participantes e não participantes (tratamento e controle) no tempo 1 (antes da intervenção do PJ) e no tempo 2 (depois da intervenção do PJ).

A principal diferença da pesquisa quase-experimental para a pesquisa realmente experimental é que nesta última o grupo de tratamento é separado do grupo de controle de forma randômica, ou seja, totalmente aleatória. Como o PJ é feito mediante a inscrição voluntária dos alunos, o princípio da aleatoriedade é quebrado, uma vez que aqueles que

fazem inscrição (tratamento) provavelmente são mais predispostos a gostar e se interessar mais pela política do que os participantes do grupo de controle.

A melhor forma de superar esse problema é que os alunos escolhidos para o grupo de controle sejam “idênticos” aos alunos que se inscreveram no grupo de tratamento. Em pesquisa anterior com os dados do PJ, Casalecchi (2012), elaborou um modelo de regressão logística em que a variável dependente foi a “participação ou não do programa” e as variáveis independentes utilizadas no pareamento eram características individuais (sexo, idade, série), do ambiente familiar (classe social e a escolaridade dos pais) e do ambiente escolar (perfil socioeconômico e cultural das escolas participantes), o que comprovou em sua pesquisa “o pareamento foi executado com sucesso, uma vez que nenhuma das variáveis apresenta efeitos com significância estatística e de magnitude” (CASALECCHI, 2012, p. 44). Ou seja, embora os grupos não tenham sido separados randomicamente, eles são idênticos no que se refere às características essenciais, como os dados socioeconômicos e as características escolares.

A principal hipótese é a de que além do processo de formação do cidadão democrático por meio de ambientes de socialização em que o valor da democracia é disseminado (escola/universidade), a existência de programas educação cidadã (como o Parlamento Jovem - PJ), através de suas propostas pedagógicas promove a compreensão da política, estimula a participação e favorece a adesão à democracia.

Para mensurar os efeitos de ganhos de conhecimento político e contribuição para formação cidadã através da intervenção de programas de educação oferecidos pelo Poder Legislativo, como o Parlamento Jovem (PJ), pretendeu-se, neste trabalho, utilizar alguns procedimentos metodológicos:

- 1) métodos estatísticos descritivos, que procuraram descrever os dados por meio de: tabelas, como maior grau de detalhes necessários para trabalhar os dados para transformá-los em informações, para compará-los com outros resultados, ou ainda para julgar sua adequação a alguma teoria; gráficos, recurso visual utilizados para representar um fenômeno e que apresenta um ganho na compreensão global dos dados, permitindo que se perceba imediatamente sua forma geral, sem deixar de evidenciar alguns aspectos particulares que sejam de interesse do pesquisador;
- 2) métodos estatísticos inferenciais, que auxiliam a análise do comportamento dos dados, provenientes de uma população ou, neste caso, de uma amostra; e,
- 3) métodos de testes de hipóteses, que nos permitem rejeitar ou não uma hipótese estatística através da evidência fornecida pela amostra. Neste trabalho utilizamos o

teste t de student para amostras independentes, que é o teste adequado quando se quer comparar a média entre dois grupos, e o *teste de qui-quadrado de Pearson*, que é o teste adequado para comparar diferenças nas proporções percentuais entre duas variáveis categóricas.

3.2 Dados preliminares: análise da rodada anterior ao programa (PJ).

Antes de analisar o impacto do Parlamento Jovem (PJ) sobre o conhecimento e as atitudes políticas entre os seus participantes, que é o objetivo desse estudo, acreditamos ser importante dar evidências da fragilidade da cultura política dos jovens de Belo Horizonte, em geral, evidenciando, dessa forma, a importância de programas como o PJ na promoção de conhecimento, participação e democracia para a população.

O Banco de Dados do Parlamento Jovem mineiro 2008 possui informações do grupo de tratamento, entrevistados inscritos no PJ (175 jovens) e dos jovens que fazem parte do grupo de controle (176 jovens). É importante salientar que não se trata de uma amostra aleatória. Entretanto, conforme argumentam Fuks e Batista (2011) as características demográficas – sexo, faixa etária, renda, região de moradia – dos indivíduos que compõe a amostra são semelhantes a dos jovens brasileiros, segundo os dados do IBGE. Ou seja, é possível utilizar os dados dessa primeira onda como um espelho próximo do comportamento e das atitudes dos jovens mineiros, em geral. Permitindo, dessa forma, uma análise preliminar, que nos de um diagnóstico das deficiências na cultura política desse público.

Em suma, nesta seção do trabalho focamos, inicialmente, nos dados obtidos na primeira rodada de entrevistas do PJ, considerando todos os estudantes da pesquisa; não tivemos a intenção de testar efeitos, aqui somente testamos algumas variáveis com o intuito de verificar alguns conhecimentos prévios dos jovens participantes antes do trabalho pedagógico realizado pelo Parlamento Jovem Mineiro. Buscamos também dialogar com dados preliminares deste banco de dados já encontrados em outros trabalhos da literatura, a fim de amparar nossas hipóteses e desenvolver nossas reflexões acerca do tema.

Referente ao conhecimento sobre as atribuições dos poderes, perguntados quais das instituições apresentadas fazem parte do Poder Legislativo, os jovens na tabela 1 também manifestaram reconhecer as atribuições das Câmaras de vereadores, da Assembleia Legislativa e do Senado como instituições legislativas, mas expressaram confusão ou desconhecimento quanto às instituições judiciárias (Tribunal Eleitoral e Ministério Público),

pois substancial porcentagem dos respondentes equivocadamente reconhece-as como do poder legislativo.

TABELA 1
CONHECIMENTO POLÍTICO
Questão: Faz parte do Poder Legislativo:

	Faz parte	Não faz parte	Total
Câmara dos Vereadores	93,4%	6,6%	100%
Ministério público	47%	53%	100%
Senado	82,6%	17,4%	100%
Tribunal Eleitoral	51,7%	48,3%	100%
Assembleia Legislativa	97,7%	2,3%	100%

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Em relação ao processo legislativo foram interessantes os resultados de conhecimentos sobre os critérios obrigatórios para que uma lei passe a valer. Positivamente, os jovens exibiram compreensão ao afirmarem como obrigatório um projeto de lei ter que ser aprovado pelo plenário, passar pelas comissões temáticas, pela comissão de constituição e justiça e ser publicada, antes, no diário oficial. Porém, mais uma vez, refletiram o desconhecimento sobre funções entre os poderes quando exponente número de alunos (51,4%) afirmaram como obrigatório, para que uma lei passe a valer, ser aprovada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Posteriormente, e, ainda analisando os resultados obtidos na rodada anterior ao PJ, agora acerca da nossa variável dependente, a visão do jovem sobre os políticos e a atuação parlamentar, também foram observadas na tabela 2 interessantes características quando foram apresentadas algumas críticas comuns que são feitas aos deputados, o que deslindou os conceitos (ou pré-conceitos) dos estudantes diante delas.

TABELA 2
IMAGEM SOBRE OS PARLAMENTARES
Questão: O que você pensa sobre...

	Da maioria	Da minoria	De todos deputados estaduais	De nenhum deputado estadual	Total
os parlamentares arranjam emprego para seus familiares na Assembleia.	58,6	32,5	6,0	2,9	100,0
os deputados só se preocupam com o eleitor em época de eleição.	65,7	16,3	1,7	16,3	100,0
os deputados compram votos para se eleger.	54,9	39,1	1,1	4,9	100,0
os parlamentares não cumprem as promessas que fazem antes da eleição.	76,7	16,4	0,6	6,3	100,0

Fonte: Dados pesquisa "O parlamento Jovem como espaço de socialização política".

Estes dados revelam situações muito mais amplas, entre elas a desgastada confiança nos políticos e nas instituições, desencadeadas pela permanência e até "instituição" da corrupção e de comportamentos antidemocráticos de políticos, mesmo depois do processo de democratização, além de muitas outras questões, que incluem a ineficiência e o corrompimento de atores e de órgãos fiscalizadores. Neste sentido, também devemos considerar que o principal meio de acesso à informação e ao conhecimento político do jovem é a mídia (televisão e internet, principalmente), e, a experiência política brasileira vem mantendo uma base cognitiva de desilusão, principalmente pelo não cumprimento das promessas exageradas do marketing eleitoral e a constante ênfase de notícias negativas sobre a política nos veículos de comunicação de massa (BAQUERO, 2003).

O autor, em outro estudo posterior, aponta que no Brasil temos uma cultura política híbrida, quando os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se mostram satisfeitos com o desempenho das instituições políticas democráticas (BAQUERO, 2010).

Singulares e opostas observações poderíamos fazer quanto ao resultado da tabela 3, tanto ao considerarmos que este resultado (grande apoio à democracia) poderia expressar a maturidade dos vinte anos de estabilidade democrática e do cenário político da época, que de um lado vivia um importante momento de desenvolvimento econômico, com elevação de renda, diminuição da pobreza (abalado posteriormente pela crise internacional 2008) e das

instituições de programas de proteção social, quanto ao considerarmos, também, que estes mesmos jovens assistiram (talvez até indiretamente participaram) aos terríveis atentados à democracia que se desenrolaram na década seguinte, como um impeachment político e o apoio à líderes autoritários, o que também já pontuamos.

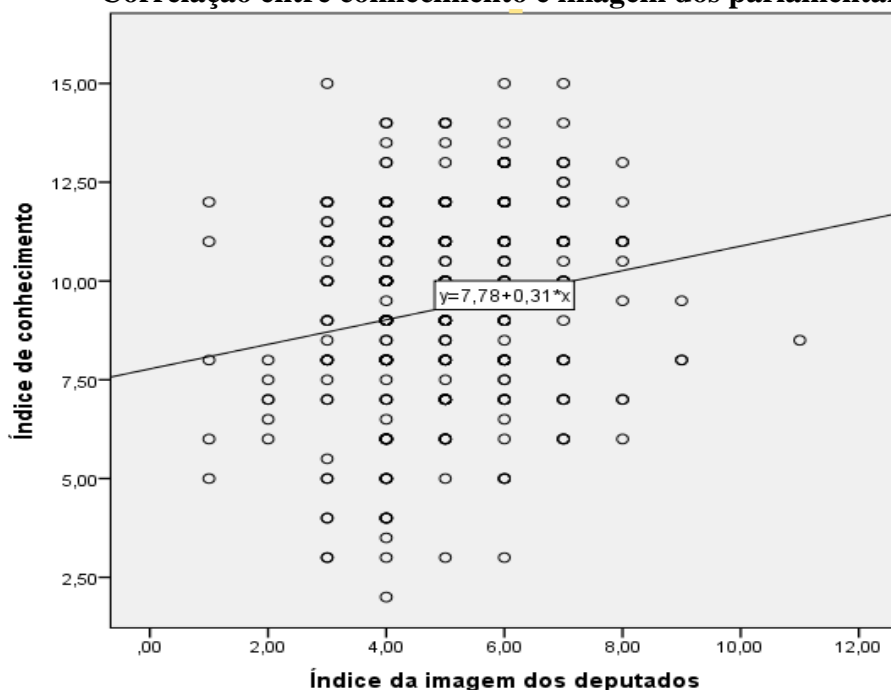
TABELA 3
ADESÃO À DEMOCRACIA
Questão: Qual se aproxima mais do que você pensa.

A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	68,9%
Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um governo democrático.	26,9%
Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.	4,3%
TOTAL	100%

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Seguindo a análise do conhecimento dos estudantes na primeira rodada (anterior ao PJ), o gráfico de dispersão ajuda a mostrar a correlação existente entre x = Imagem dos parlamentares, e, y = conhecimento cívico dos jovens, o que determina a existência de relação entre as variáveis, pois o valor da variável x sobe com o aumento do valor da variável y , o que demonstra que estão positivamente correlacionadas.

GRÁFICO 1
Correlação entre conhecimento e imagem dos parlamentares.



Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Tal aferição confirma a hipótese inicial de que pessoas que conhecem mais o legislativo (as instituições) tendem a ter uma imagem mais positiva dos legisladores, o que foi efetivamente verificado com os jovens mineiros. Isso pode ser verificado pela inclinação da reta da correlação, que demonstra uma correlação positiva entre as variáveis, ou seja: quanto maior o conhecimento político, melhor a imagem dos deputados.

Para confirmar a correlação observada graficamente, realizamos um teste de coeficiente de correlação de Pearson, uma medida de associação linear entre estas variáveis quantitativas (x e y), cujo resultado do conhecimento em relação à imagem dos parlamentares (R de Pearson 0,185), foi considerada uma influência fraca, porém estatisticamente positiva.

TABELA 4
Correlação entre conhecimento e imagem dos parlamentares.

		I conhecimento	I imagemdep
I conhecimento	Correlação de Pearson	1	,185**
	Sig. (2 extremidades)		,001
	N	351	344
I imagemdep	Correlação de Pearson	,185**	1
	Sig. (2 extremidades)	,001	
	N	344	344

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

O resultado é relevante no sentido que mesmo apresentando o R de Pearson com valor abaixo de 0,05, aceita como moderada, ela é estatisticamente efetiva, o que nos faz concernir que maior conhecimento ajuda a melhorar a imagem dos parlamentares, porém de forma comedida. Assim, desbravamos dados preliminares que nos permitiram auferir breve diagnóstico sobre o a limitação na educação cívica brasileira, sustentar premissas já apontadas na literatura neste sentido, que serviram de norte para avançar na pesquisa sobre a educação como transformação cidadã e suporte democrático.

Os achados dos efeitos do programa (PJ) para os jovens participantes, bem como da comparação dos resultados com os jovens não participantes, em algumas das variáveis escolhidas no banco de dados aqui explorado, foram testados nos próximos tópicos.

3.3 Dados posteriores: análise comparativa entre as duas rodadas do programa (PJ).

No tópico anterior levantarmos informações diagnósticas nos dados disponíveis na primeira rodada do *survey*, (aplicado antes das atividades desenvolvidas pelo Parlamento Jovem - PJ), que permitiram confirmar algumas hipóteses de falha na educação cívica promovida pelo sistema educacional formal brasileiro, em especial na promoção da educação cidadã. Iniciaremos agora análises específicas para observarmos os dados para comparar algumas variáveis nas duas rodadas de aplicação do *survey*, a fim de buscar evidências para confirmar a relação existente entre o conhecimento gerado pelos programas de educação cívica promovidos pelo Poder Legislativo e seus efeitos ao conhecimento cívico, à adesão de ideias, comportamento e participação democráticas.

3.3.1 Conhecimento informacional e os efeitos do PJ

Iniciamos com uma questão do *survey* que não foi abordada na primeira rodada, porém, achamos pertinente considerar o resultado, pois ela demonstrou a deficiência no conhecimento dos jovens sobre as funções dos poderes e das instituições democraticamente instituídas. A questão indagou qual órgão aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que um número relevante, mais de 40% dos estudantes, afirmaram ser o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente o órgão responsável por aprovar tal legislação.

O percentual entre os grupos tratamento e controle são próximos, por isso este teste, cujos resultados estão dispostos na tabela 5, já revela que os jovens, mesmo imergidos nas atividades voltadas aos processos legislativos, acabaram não apresentando ao final do programa o conhecimento necessário para entender que se trata de norma federal, própria de iniciativa, tramitação e aprovação feitas pelo Congresso Nacional.

TABELA 5 - CONHECIMENTO

Questão: O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação aprovada pelo:	Participantes	Não Participantes	Total
Congresso Nacional	12,6%	8,1%	20,7%
Assembleia Legislativa de Minas Gerais	6,3%	2,1%	8,4%
Supremo Tribunal de Justiça	0,3%	1,8%	2,1%
Conselho Nacional dos Direitos da Criança	21%	21,9%	42,8%
Ou você não saberia dizer	9,9%	16,2%	26%
Total	50%	50%	100%

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Para abordar essa temática do conhecimento, os estudos de Schlegel (2011) também apontam que a educação formal que apresenta falhas acaba impactando diretamente na atitude e comportamento político, em relação ao desenvolvimento da capacidade cognitiva e do aprendizado de valores relativos às regras sociais, asseverando que a educação de qualidade é um bom caminho para promover a cidadania, e, atribuindo a má qualidade da educação

pública e da relação com comportamento político ainda deve ser melhor estudada (SCHLEGEL, 2011). Na mesma seara, os estudos de Baquero (2003), concluem que a solidificação do sistema democrático demanda um nível mínimo de atenção e apreensão sobre a política, ou seja, condições cognitivas para a decodificação dos processos políticos.

Seguindo com o intuito de testar o conhecimento acerca de algumas perguntas objetivas sobre conhecimento político dos jovens mineiros, de conteúdo informacional, observando os resultados da média de acertos e sua significância, a partir das respostas disponíveis, utilizando o Teste T de Student para amostras independentes, próprio para análise da diferença de médias para variáveis contínuas entre dois grupos.

A tabela 6 revela que apesar do teste não apresentar significância relevante com os efeitos do programa (0,598, ou seja, maior que 0,05), os jovens adquiriram certo conhecimento a respeito do nome das siglas de algumas instituições políticas (ONU, MST, TER). A média dos dois foi elevada, porém os números, mesmo que singelos no grupo dos participantes foi maior, o que nos faz presumir que o aprendizado adquirido pelo grupo participante durante as atividades do PJ, serviu para sedimentar e ampliar este conhecimento.

TABELA 6
DIFERENÇA DAS MÉDIAS DE ACERTO DAS SIGLAS

		Média	Dif. Média	Sig.
Antes do PJ	Não Participante	6,30	0,10	0,767
	Participante	6,19		
Depois do PJ	Não Participante	6,96	0,24	0,598
	Participante	7,20		

* Teste T de Student para amostras independentes

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Já a tabela 7 apresentou significância relevante com os efeitos do programa (0,048, ou seja $< 0,05$), pois ao comparar o conhecimento que os jovens adquiriram depois do PJ, ao distinguirem as instituições legislativas de demais instituições políticas, pode-se identificar um padrão de influência do PJ sobre o conhecimento político dos jovens, dado ao ambiente de imersão das atividades voltadas mais especificamente para o aprendizado do processo legislativo, característico do programa.

Esta influência pode ser notada entre os jovens participantes no sentido desse ganho informacional ter atuado como uma barreira para que esta média não diminuísse, como aconteceu com o grupo de não participantes, que podem ter “perdido conhecimento” por

diversas situações cotidianas, cujas práticas sociais e educacionais (ou a falta delas) não propiciaram a estes jovens sedimentar conhecimentos já adquiridos ou ampliá-los.

Estes dados também foram identificados em importante trabalho “*Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil*”, desenvolvido pelo idealizador do projeto, Prof. Dr. Mario Fuks (2014). O estudo também assevera que o ganho de conhecimento concentra-se nos objetivos próximos da experiência socializadora da imersão ao ambiente do PJ e dos conteúdos ensinados.

O trabalho constatou que os jovens adquiriram conhecimento a respeito do nome das siglas de algumas instituições políticas, e, também, aprenderam a distinguir as instituições legislativas de demais instituições políticas, o que pode identificar um padrão de influência do PJ sobre o conhecimento político dos jovens, dado exatamente ao ambiente de imersão das atividades voltadas mais especificamente para o aprendizado do processo legislativo, característico do programa.

Ainda neste estudo o autor analisa, em relação às atitudes, a distinção sobre “objetos da política” (ALMOND e VERBA, 1994), no que se refere entre objetos específicos concretos (instituições políticas) e os princípios abstratos (tolerância), afirmando serem os primeiros mais maleáveis que os segundos, o que poderia explicar, por exemplo, alguns resultados não tão otimistas quanto aos efeitos nas atitudes políticas dos participantes do PJ. Em nossa pesquisa encontramos os mesmos resultados, porém observamos que o “ganho” do PJ não está necessariamente no incremento do conhecimento, mas também na sua capacidade em frear um processo de perda de informação, conforme discutimos anteriormente.

TABELA 7
DIFERENÇA DAS MÉDIAS DE ACERTO ÀS INSTITUIÇÕES QUE FAZEM PARTE DO LEGISLATIVO

		Média	Dif. Média	Sig.
Antes do PJ	Não Participante	4,13	0,16	0,254
	Participante	4,29		
Depois do PJ	Não Participante	4,00	0,32	0,048
	Participante	4,32		

* Teste T de Student para amostras independentes

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Na tabela 8 analisamos novamente um conjunto de questões sobre a imagem dos parlamentares. Anteriormente, considerando a primeira rodada de questões e a porcentagem geral dos jovens entrevistados, os dados revelaram a visão do jovem sobre os políticos e a

atuação parlamentar, quando apresentadas algumas críticas comuns que são feitas aos deputados, apresentando conceitos (ou pré-conceitos) dos estudantes sobre a desgastada confiança nos políticos e nas instituições.

Nesta nova rodada de análises, feita para comparar o percentual de acertos sobre cada variável do conjunto, novamente apesar dos testes não apresentarem resultados de um p-valor relevante com os efeitos do programa, foram observados certas curiosidades nos números importantes a serem reportadas.

Podemos identificar como padrão que o grupo que participou do PJ apresentou uma percepção levemente mais favorável à ALMG e aos deputados da Assembleia.

A mais significativa foi na variável que analisa a opinião dos jovens (imagem dos parlamentares) se os parlamentares arranjam emprego para seus familiares na Assembleia. Nestes dados, foi revelado uma significância de 0,01 ($<$ que 0,05), o que também nos faz presumir que o aprendizado adquirido pelo grupo participante durante as atividades do PJ, serviu para, de certa forma, ampliar este conhecimento sobre os mecanismos de contratação e desempenho dos servidores comissionados nos poderes legislativos.

Outra importante observação a ser feita é acerca do grupo de não participantes, que por alguma situação ocorrida entre o tempo de aplicação do questionário, revelaram uma diminuição na média de acerto em todas as variáveis entre as rodadas. Aqui, vale observar que os dados podem confirmar o que a literatura expressa como contornos da experiência política brasileira em manter uma base cognitiva de desilusão, principalmente pelo não cumprimento das promessas exageradas do marketing eleitoral e a constante ênfase de notícias negativas sobre a política nos veículos de comunicação de massa (BAQUERO, 2003), e, da condição brasileira de revelar uma cultura política híbrida, quando os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se mostram satisfeitos com o desempenho das instituições políticas democráticas (BAQUERO, 2010).

Mesmo assim, a significância deste conjunto de variáveis não apresentou resultados suficientes para, com a observância entre os grupos, modificar de forma significativa e substantiva a visão dos jovens participantes do PJ. As questões analisadas revelam a impressão destes jovens, que mesmo com todas as atividades desenvolvidas dentro da Casa Legislativa, não foram suficientes para mudar a impressão sobre práticas de corrupção e de comportamentos antidemocráticos de certos políticos, que incluem a ineficiência e o corrompimento de atores e de órgãos fiscalizadores.

TABELA 8
IMAGEM SOBRE OS PARLAMENTARES
Questão: O que você pensa sobre...

		Média		Dif. Média	Sig.
		Não Participante	Participante		
os parlamentares arranjam emprego para seus familiares na Assembleia.	Antes do PJ	Não Participante	1,40	0,04	0,763
		Participante	1,44		
	Depois do PJ	Não Participante	1,34	0,15	0,001
		Participante	1,49		
os deputados só se preocupam com o eleitor em época de eleição.	Antes do PJ	Não Participante	1,02	0,03	0,917
		Participante	1,05		
	Depois do PJ	Não Participante	0,95	0,05	0,693
		Participante	1,00		
os deputados compram votos para se eleger.	Antes do PJ	Não Participante	1,30	0,12	0,087
		Participante	1,42		
	Depois do PJ	Não Participante	1,34	0,15	0,220
		Participante	1,49		
os parlamentares não cumprem as promessas que fazem antes da eleição.	Antes do PJ	Não Participante	1,09	0,03	0,143
		Participante	1,13		
	Depois do PJ	Não Participante	1,20	0,01	0,178
		Participante	1,18		

* Teste T de Student para amostras independentes

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Na próxima tabela (9), analisamos um novo conjunto de variáveis que avaliam os meios e a frequência que os dois grupos de jovens e nas duas rodadas de aplicação do questionário buscam informações sobre políticas, quais sejam: através noticiário político na televisão ou no rádio; lendo jornais ou revistas informativas; conversando os amigos, colegas de escola ou vizinhos; conversando com os familiares; nas atividades ligadas à escola; ou, na Internet. A média elevada dos dois grupos chama atenção, porém revela a diminuição da média entre o grupo não participante e a manutenção da média entre o participante. Houve significância em ambos os grupos, antes (0,006) e depois (0,001) das atividades do PJ.

Sobre a diminuição da média entre os alunos não participantes podemos considerar que muitos deles, quando não envolvidos em ambientes familiares, sociais ou escolares que normalmente não fomenta questões de natureza política, estes jovens podem mesmo não

iniciarem tais buscas, ficando ações e assuntos desta natureza desconsideradas como importantes para cotidiano e para a formação educacional destes jovens.

Já o fato da média se manter entre o grupo participante, aqui, nos faz novamente presumir que o aprendizado adquirido pelo grupo participante durante as atividades do Parlamento Jovem, serviu, ao menos, para sedimentar a importância e a forma como esses jovens buscam conhecimento sobre política, o que também é relevante.

No livro *O povo contra a democracia* (2018), Yascha Mounk faz importante reflexão sobre a evolução da tecnologia e das mídias sociais enquanto espaço em que os jovens não só buscam informações, como utilizam-na para expressar posicionamentos, preferências e questionamentos políticos. Para ele, enquanto governos ainda seguem disparando balas, os jovens estão disparando tuítes, fazendo uso de ferramenta on-line, mala direta e e-mails. Na discussão, ele elenca efeitos positivos da integração imediata e global que a tecnologia digital possibilita de ambos os lados do espectro político, o que parece fazer das mídias instrumento para aprofundar e difundir a democracia. Contudo, o autor também discute o lado obscuro destas ferramentas ao afirmar que ela pode ser utilizada tanto por estados totalitários para mobilização do fanatismo e controle total do Estado, quanto para conectar velhos inimigos para incitar ódios arraigados, o que o autor chamou de “câmaras de eco” e fazendo deles instrumentos para empoderar outsiders e fortalecer governos autoritários.

Não há como negar que o rádio e a TV foram os meios midiáticos que despontaram no século XX como principais acessos à informação rápida e globalizada, porém também foi um sistema controlado pelos interesses políticos e do capital em expansão. Com a chegada dos celulares e da internet esse ambiente tornou-se “zona livre”, inclusive para os desmandos de pessoas que se comprometem em mentir, confundir e incitar o ódio entre os demais cidadãos. Por isso assistimos a atual e crescente tentativa jurídica de disciplinar o uso deste espaço e evitar que ele seja palco de conduta antidemocrática e muitas vezes criminosa.

Este paradoxo nos traz a reflexão de que os espaços de educação e de socialização, como, por exemplo, os programas de educação política, devem inovar-se e acompanhar o crescimento desta vertente tecnológica, dinâmica, veloz e cada vez mais acessível, com uma linguagem voltada para o público jovem a fim de utilizá-la como importante instrumento de propagação de conhecimento político e firmamento dos conceitos democráticos.

TABELA 9
DIFERENÇA DAS MÉDIAS DE ACERTO ENTRE JOVENS NA BUSCA DE
INFORMAÇÃO POLÍTICA

		Média	Dif. Média	Sig.
Antes do PJ	Não Participante	21,17	1,66	0,006
	Participante	22,83		
Depois do PJ	Não Participante	20,01	1,99	0,001
	Participante	22,01		

* Teste T de Student para amostras independentes

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

3.3.2 Conhecimento conceitual e os efeitos do PJ

Depois das análises sobre o conhecimento informacional adquirido no programa Parlamento Jovem, procuramos desbravar outros possíveis ganhos, do ponto de vista conceitual, que consideramos mais abrangentes e necessários para a construção do conhecimento cívico e da sofisticação política dos jovens.

Em 2011, os cientistas políticos Mario Fuks e Frederico Batista Pereira elaboraram um indicador de conhecimento factual e conceitual extraídas do mesmo banco de dados aqui utilizado. No trabalho, os autores trazem o entendimento conceitual de um tipo mais exigente de conhecimento político, implicando a posse de recursos cognitivos mais complexos do que a mera posse de informações factuais. Esta concepção traz um novo olhar para estudos como estes, sobre como tratar o conhecimento político como algo maior do que o conjunto de seus conteúdos, associado à capacidade de abstração e de organização dos conteúdos da política na mente do indivíduo. Assim, eles propuseram que a sofisticação política seja medida em duas dimensões: o “conhecimento factual” ou “informação política” (nas quais o indivíduo aprende e retém as informações gerais e factuais da política), e o “conhecimento conceitual” ou “sofisticação conceitual” (mais ampla, referente à mensuração da integração conceitual do indivíduo dentro das cognições sociais, políticas e ideológicas).

Eles buscaram então responder: quais os determinantes dessas duas dimensões da sofisticação política entre os jovens de Belo Horizonte? Para isso, eles utilizaram as variáveis para os contextos sociais aos quais os jovens estão inseridos: escola pública, particular ou militar; nível de escolaridade dos pais; ambientes de socialização e participação dos jovens

em outras atividades educacionais voltadas para educação políticas foram importantes para mensuração dos resultados acerca das duas áreas do conhecimento: factual e conceitual.

Este estudo serviu para contribuir com o entendimento de que o domínio de um grande volume de informação também depende do acesso aos meios de comunicação e da escolaridade dos pais, pois os autores defendem que o diferencial do ambiente informacional é que confere aos jovens a capacidade de articular conceitualmente o entendimento sobre política, com a participação no dia a dia em conversas sobre política. Para eles, a valorização da política em espaços domésticos e suas redes, são elementos distintivos, tanto do ambiente familiar, quanto de escolas mais bem servidas pelos recursos que permitem acesso à informação política e que estimulem o interesse por política e o refinamento político do jovem.

Nossa pesquisa propõe exatamente testar esse efeito, ou seja, observar se as atividades do PJ tendem a oferecer “ganhos” de conhecimentos e informações específicas e imediatas, ou se também pôde promover “ganhos” mais amplos, de natureza conceitual, que sejam capazes de motivar mudanças de comportamentos e valores arraigados.

Com base nessa preocupação, passamos a analisar variáveis ligadas ao escopo mais conceitual, ou seja, ligadas a visão mais ampla do mundo político, das atitudes e das percepções em relação ao regime político e as instituições democráticas.

Começamos com uma das mais importantes dessas atitudes: a adesão à democracia. Para as demais análises e tabelas utilizamos o Teste Qui-quadrado que trabalha estatística descritiva entre a tabulação cruzada entre duas variáveis categóricas (Participantes e não participantes do PJ), cujo teste de adesão à democracia categorizou a variável nos dois momentos da aplicação do questionário (antes e depois do PJ).

Para visualizarmos a tabela 10, no conjunto, os grupos analisados separadamente e nos dois tempos, apesar da significância não demonstrar robustez nos resultados rodados, o fator tempo em ambos os grupos configura a manutenção e até uma pequena ampliação dos percentuais em que os jovens afirmam que a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo. Mesmo não encontrando efeitos neste primeiro teste, nos resta apontar a importância da abordagem do tema no questionário, que de forma direta inquiriu sobre o posicionamento político entre os jovens acerca da democracia, suas preferências sobre a manutenção do regime ou da ameaça de uma possível intervenção autoritária.

TABELA 10
ADESÃO À DEMOCRACIA
 GRUPOS: 1 (NÃO PARTICIPANTES DO PJ) E 2 (PARTICIPANTES DO PJ)

Questão: Qual se aproxima mais do que você pensa:			
A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Antes do PJ	Não Participante	34,3%
		Participante	34,6%
	Depois do PJ	Não Participante	37,4%
		Participante	36,8%
Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um governo democrático.	Antes do PJ	Não Participante	12,6%
		Participante	14,3%
	Depois do PJ	Não Participante	11,1%
		Participante	12%
Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.	Antes do PJ	Não Participante	3,1%
		Participante	1,1%
	Depois do PJ	Não Participante	1,8%
		Participante	0,9%

* Teste de Qui-Quadrado

**Antes do PJ: Qui-quadrado: 3,654 Sig.: ,161

***Depois do PJ: Qui-quadrado: 1,121 Sig.: ,121

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Além da adesão à democracia, também testamos o efeito do PJ sobre a confiança nas diferentes instituições que atuam na democracia: Partidos Políticos, Exército, Justiça (tribunais), Polícia e a Imprensa (rádio, jornais e TV).

Sobre a “Confiança nos Partidos Políticos” a primeira característica apresentada, entre os dois grupos, são os maiores percentuais de confiança na categoria às vezes (mais de 60% entre os dois grupos). Interessante destacar, que entre os jovens participantes, mesmo sendo eles inseridos em atividades do PJ, que conta com informações sobre a importância dos partidos na composição de lideranças, de bancadas, de comissões permanentes, eles não conseguiram internalizar o mecanismo de importância dos partidos enquanto instituições de meio para o exercício da cidadania, para o processo eleitoral, para as articulações políticas e para o real exercício da democracia. Parte importante inclusive no processo procedimental da democracia, que sob um já conhecido conceito minimalista pode explicar que os partidos políticos também funcionam para a democracia como um mecanismo para processar conflitos. Como um arranjo político através do qual o povo escolhe governantes via eleições e detém o poder de remover os que lhes desagradam (PRZEWORSKI, 2019).

Isso pode revelar que jovens mesmo já nascendo em uma democracia ainda não conseguem internalizar que os Partidos Políticos, enquanto instituições, são organismos que

na democracia proporcionam a oportunidade de exercer oposição ao governo, através destas organizações políticas, em que através do voto secreto em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc. (DAHL, 1997, p.41).

Na tabela 11 também é interessante observar que entre os dois grupos a porcentagem cai significativamente na categoria 1- nunca confia. Porém, a porcentagem sobe entre os não participantes e se mantém entre os participantes na categoria 2- confia às vezes. Apesar de tímida, a diferença é apresentada na categoria 3- confia a maior parte do tempo, que aumentou entre os participantes do PJ. Aqui é possível sentir um pequeno padrão de mudança na confiança dos jovens nos partidos políticos, sentido nos dois grupos, porém com um pequeno percentual superior entre os participantes do programa.

TABELA 11
CONFIANÇA NOS PARTIDOS

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	25,0%	30,2%	21,1%	25,7%
Confia às vezes	68,8%	65,7%	68,1%	67,7%
Confia a maior parte do tempo	4,5%	4,1%	9,6%	6,6%
Confia Sempre	1,7%		1,2%	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado		3,961		3,743
Sig.		0,266		0,291

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Em seguida, as análises sobre a “Confiança no Exército” (Tabela 12), ao contrário dos Partidos Políticos, os dados revelaram entre os dois grupos os maiores os percentual de confiança, com destaque entre as categorias 3- confia a maior parte do tempo e 4- sempre confia. Importante considerar que uma parcela dos jovens que participaram do *survey* estudava em escola militar. Este maior percentual pode ser explicado tendo em vista que, mesmo que as forças armadas, desde a redemocratização, não tenham demonstrado um protagonismo político como no deste atual governo, dados recentes de 2020 no Brasil confirmam esta tendência. A pesquisa, realizada pela CEPESP – Centro de Política e

Economia do Setor Público, revela que apesar das Forças Armadas receberem alto nível de confiança da população brasileira em comparação a outras instituições de governo, mas ela não é igual entre todos os brasileiros. Os dados da pesquisa no Brasil também indicam que pessoas mais velhas apresentam maior confiança nos militares em comparação com os jovens.

Também notamos um padrão de aumento no percentual de confiança sentido nos dois grupos, porém a característica mais marcante nestes dados são os das categorias: 4 - confia sempre, que aumentou entre os não participantes e diminuiu entre os não participantes. Aqui, o aumento da confiança no Exército curiosamente aumentou entre o grupo participante, mas houve uma pequena retração da confiança da categoria 4- confia sempre.

A reflexão que se pode fazer a partir dos resultados entre o grupo de participantes é a de que a experiência do PJ pode ter aumentado o entendimento do exército enquanto órgão de defesa o Estado, portanto da democracia, apesar do seu recente histórico como agente supressor da democracia brasileira, sombra que ainda ameaça esta recente hegemonia do regime. Os dados refletem e perduram no sentido simétrico do recente levantamento feito pelo instituto Datafolha, em 2021, em que as Forças Armadas ficaram novamente com o primeiro lugar no ranking da confiança popular, com 76%. Segundo o instituto, a desconfiança, no entanto, aumentou numericamente em relação a dois anos atrás, atingindo a taxa mais alta da série histórica iniciada em 2017. Eram 19% em 2019 e agora são 22% pontuaram os números.

TABELA12
CONFIANÇA NO EXÉRCITO

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	2,3%	3,4%	3,0%	3,6%
Confia às veze	13,8%	17,6%	15,6%	19,2%
Confia a maior parte do tempo	49,4%	49,4%	53,9%	46,1%
Confia Sempre	34,5%	29,5%	27,5%	31,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado	1,857		2,091	
Sig.	0,603		0,554	

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

A “Confiança na Justiça” (tabela 13) analisada através dos dados dos grupos estudados pelo PJ curiosamente demonstrou que um aumento mais significativo da confiança ocorreu entre os jovens não participantes, pois caiu cerca de 6 pontos percentuais na categoria dos que 4- confia sempre para um aumento de cerca de 5 p. p. para categoria 3- confia a maior parte do tempo, no período entre as duas rodadas de perguntas.

No geral, entre os participantes os números mantiveram-se e isso também demonstra que a imersão no programa, apesar de caracterizar atividades voltadas para o conhecimento do universo legislativo, manteve os percentuais médios de confiança nos órgãos judiciais. Para que houvesse uma mudança mais efetiva, talvez fosse necessário que as atividades evidenciassem informações mais específicas sobre as funções e a importância deste poder para a democracia, o que não foi feito na edição de 2008.

Dados mais abrangentes foram levantados em um estudo de 2019, feito através de uma parceria da FGV com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), coordenado pelo cientista político Antônio Lavareda, revelou que entre os três poderes, o judiciário é o que tem maior confiança da sociedade. O estudioso afirmou que avaliar a percepção das pessoas em relação aos serviços do Judiciário é um necessário instrumento para que a instituição trabalhe as informações e a comunicação interna e externa a partir do retorno da sociedade.

Para ele o desconhecimento em relação ao sistema Judiciário foi um dos fenômenos identificado na pesquisa, pois a proporção de pessoas que respondeu conhecer “bem” ou “mais ou menos” as entidades do sistema de Justiça ficou abaixo dos 50%, percentuais que levam a intuições a pensarem quais as medidas são necessárias para difundir aos cidadãos informações sobre as funções e o direito de acesso à justiça.

TABELA 13
CONFIANÇA NA JUSTIÇA

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	4,5%	5,7%	3,6%	6,0%
Confia às vezes	48,3%	47,7%	49,7%	47,9%
Confia a maior parte do tempo	35,8%	34,5%	34,7%	40,1%
Confia Sempre	11,4%	12,1%	12%	6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado		0,332		5,037
Sig.		0,954		0,169

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Sobre a confiança na “Polícia” (tabela 14) os dados parecem muito parecidos com os números apresentados na confiança na “Justiça”, pois revelam uma certa “desconfiança” entre os dois grupos na categoria 2- confiam às vezes” (mais de 50%). O interessante é que em ambos os grupos, na segunda onda do *survey*, observamos uma aumento do percentual de confiança entre os participantes da categoria 2- confiam confia sempre (5 p.p.) para o aumento de 6 p.p. para a categoria 3- confia às vezes. Já entre os não participantes houve um aumento da categoria 3- confia a maior parte do tempo (5 p.p.) e uma queda entre os não participantes, também de p.p. na categoria 4- confia sempre. Ou seja, entre os participantes do PJ os números de confiança na Polícia em relação aos não participantes aumentaram.

Aprender as características e a função que diferentes instituições, públicas ou privadas, desempenham na sociedade e refletir sobre sua legitimação democrática faz parte do processo pedagógico do Parlamento Jovem. Este pode ser o que impulsionou os resultados de aumento da confiança, ainda que tímida, entre os participantes.

Uma forma de analisar o fenômeno de “desconfiança”, principalmente entre os não participantes é que os problemas de segurança pública gerados por inúmeros motivos de ordem administrativa, política e social, incluindo características antissociais presentes na subcultura policial como à intervenção meramente repressiva, com comportamentos que reproduzem um estilo autoritário que acabam revelando práticas violentas e ilegais, na sua

maioria contra jovens pobres e negros, podem ser indício do descontentamento dos jovens não participantes e reflexos destes dados.

TABELA 14
CONFIANÇA NA POLÍCIA

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	9,7%	6,9%	7,2%	7,7%
Confia às vezes	56,3%	45,1%	51,5%	45,8%
Confia a maior parte do tempo	21%	32%	26,9%	36,9%
Confia Sempre	13,1%	16%	14,4%	9,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado		7,478		4,835
Sig.		0,058		0,184

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Outro item analisado sobre a confiança nas instituições foi o quanto os jovens confiam na “imprensa (Rádio, Jornal, Tv)”. Aqui também se faz visível este nível médio de “desconfiança” nos dois grupos e nas duas rodadas de entrevistas, pois mais de cinquenta por cento dos jovens entrevistados disseram confiar na imprensa às vezes (categoria 2).

A imprensa (Tabela 15) ganhou a confiança dos jovens entre o grupo não participante, e, sendo o ano de aplicação do *survey* (2008) de eleições municipais, talvez seja plausível considerar a relação entre o cidadão e a mídia, pois a proximidade das eleições implica em mais assuntos políticos noticiados e esta exposição poderia explicar este aumento.

Mesmo que Schlegel (2005) tenha chamado de “círculo virtuoso” estabelecido entre os efeitos da mídia em que àqueles que buscam mais informações tendem a participar mais e os que participam tendem a buscar mais informações, esta máxima mostrou-se cautelosa nos resultados dos participantes do PJ, e, mais uma vez, caracterizado aqui pela imersão desses jovens nas atividades do programa, ligados a temas políticos, fazendo com que o conhecimento possa ter mantido estes percentuais. Em 2021, o instituto Datafolha mediu os níveis de confiança de várias instituições e constatou que a imprensa tinha, há dois anos, a desconfiança de 30% e, agora, está com 32%. Dizem confiar na imprensa 66%, divididos em 48% que afirmam confiar “um pouco” e 18% que dizem confiar “muito”.

TABELA 15
CONFIANÇA NA IMPRENSA (RÁDIO, JORNAL, TV)

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	9,7%	16,1%	13,8%	15,5%
Confia às vezes	57,4%	55,7%	58,7%	51,2%
Confia a maior parte do tempo	28,4%	23,6%	24,6%	30,4%
Confia Sempre	4,5%	4,6%	3%	3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado		3,648		2,050
Sig.		0,302		0,562

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Até neste ponto da pesquisa, além de testar adesão à democracia, também testamos o efeito do PJ sobre a confiança nas instituições que atuam na democracia. A seguir, faremos estes testes em três variáveis que também fazem parte do banco, que são instituições que fazem parte do poder legislativo, quais sejam: A Assembleia de Minas Gerais (que estava sediando o programa); o Congresso; e, a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte - MG.

Sobre a ALMG (Tabela 16), identificamos um considerável aumento de confiança entre os participantes que aumentaram em 10 p. p. a confiança das categorias 1 e 2 (Nunca confia/Confia as vezes), para as categorias 3 e 4 (Confia a maior parte do tempo/Sempre confia). Interessante destacar, também, que no grupo dos não participantes a reação foi inversa, o que demonstra um efeito de “desconfiança” do grupo de controle.

Esta variável reflete, especificamente, efeitos positivos já encontrados em outros estudos o que pode identificar um padrão de influência do PJ sobre o conhecimento político dos jovens, dado ao ambiente de imersão das atividades voltadas mais especificamente para o aprendizado do processo legislativo, característico do programa (FUKS, 2014).

A teoria reafirma que conhecimentos mais específicos que expressam a confiança a confiança na Instituição, se deram exatamente pelas características pedagógicas do programa, em que os jovens participantes foram imersos em diversas práticas políticas didáticas, deliberativas e participativas, funcionando como um catalizador do aprendizado político, pois

mobilizando este grande “fluxo informacional”, também trazem vivências práticas, permitindo que os participantes experimentem a política dentro da própria instituição.

TABELA 16
CONFIANÇA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG)

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	5,2%	7,8 %	3%	7,4%
Confia às vezes	48%	49,1%	40%	61,1%
Confia a maior parte do tempo	41,1%	34,7%	46,1%	27,8%
Confia Sempre	5,8%	8,4%	10,9%	3,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado		2,605		3,453
Sig.		0,457		0,327

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

A tabela 17 corresponde aos resultados referentes à confiança dos jovens entrevistados sobre o “Congresso Nacional” e nela também identificamos um considerável aumento de confiança entre os participantes quase 15 p. p. da confiança da categoria (Confia a maior parte do tempo) enquanto os números se mantiveram no grupo de controle.

Nos dois grupos são altos os números que configuram certa “desconfiança”, ficando caracterizados na resposta “Confia às vezes”, impressão que pode refletir um comportamento geral dos brasileiros, e ter perdurado no tempo, pois em pesquisa recente, em 2021, o instituto Datafolha mediu os níveis de confiança de várias instituições e o Congresso Nacional foi visto como não confiável por 49% dos brasileiros, porém a mudança de atitude específica do grupo participante, pode, como apontamos, ter sido impulsionada pela imersão do grupo de tratamento nas atividades e temas voltados aos poderes legislativos.

TABELA 17
CONFIANÇA NO CONGRESSO

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	8,1%	14,4%	6,8%	12%
Confia às vezes	77,3%	73,1%	64,8%	70,9%
Confia a maior parte do tempo	12,8%	11,4%	27,2%	14,6%
Confia Sempre	1,7%	1,2%	1,2%	2,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado		3,453		9,559
Sig.		0,327		0,023

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Já ao observarmos sobre a confiança na “Câmara de Vereadores” (tabela 18) vimos que ela seguiu o mesmo padrão de confiança dos jovens nas instituições do poder legislativo, pois entre os participantes houve um considerável aumento de confiança de 10 p. p. da categoria (Confia a maior parte do tempo) enquanto os números no grupo de controle apresentou também um aumento, mas bem pequeno. Vale a reflexão para os dois grupos no sentido de ser a câmara dos vereadores a instituição do poder legislativo que mais está diretamente ligada ao cidadão, dada a proximidade do órgão e de seus autores aos anseios e necessidades mais imediatas das pessoas. Além disso, na maioria dos casos, os atores políticos que chegam a outros níveis do poder legislativo, iniciam suas carreiras nas casas legislativas municipais, capitaneiam campanhas dos candidatos nas três esferas de poder, podendo assim entendermos que as câmaras municipais sejam palco de políticas e de figuras mais acessíveis aos cidadãos.

TABELA 18
CONFIANÇA NA CÂMARA DE VEREADORES

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Nunca confia	13,3%	14,2%	6,1%	12,4%
Confia às vezes	61,3%	56,2%	61,3%	67,7%
Confia a maior parte do tempo	17,9%	26%	27,6%	17,4%
Confia Sempre	7,5%	3,6%	4,9%	2,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Qui-Quadrado		5,410		9,001
Sig.		0,144		0,029

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

A seguir, além da confiança nas instituições, rodamos a variável que questionou o interesse do jovem por política. Fizemos isso também utilizando o Teste Qui-quadrado, pois o intuito é utilizar a variável de interesse por política entre os dois grupos e nos dois momentos da aplicação do questionário (antes e depois do PJ). O que se percebe na Tabela 19, apesar da alta significância e do diagnóstico de “interesse” os números sobre esta variável puderam expressar exatamente o que a doutrina nos verbera acerca de fazermos as distinções sobre conhecimento factual e sofisticação conceitual. Paradoxalmente, apesar de pequena, houve uma diminuição nos números de interesse entre os dois grupos participantes, sentida em especial no grupo não participante. Porém, mais uma vez, os números do grupo participante se mantiveram enquanto os do grupo não participante caíram em todas as categorias, demonstrando o padrão de permanência comportamental quando os jovens estão inseridos em atividades, informações e em ambientes de socialização política.

TABELA 19
INTERESSE POR POLÍTICA
Questão: Em relação a política você diria que é:

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Muito Interessado	8%	4,6%	6,9%	3%
Interessado	30,8%	23,1%	31,3%	20%
Pouco Interessado	11,4%	17,1%	10,4%	23,3%
Nada Interessado		5,1%	1,2%	3,9%
Total	50,1%	49,9%	49,9%	50,1%
Qui-Quadrado	29,127		34,641	
Sig.	,000		,000	

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Depois de observar os dados de conhecimento informacional e conceitual de todas as variáveis até aqui analisadas é importante salientar que as mudanças revelaram-se bem pontuais, portanto há certa fragilidade nos resultados finais, pois elas têm baixa significância estatística, o que não nos assegura afirmar efeitos reais do programa nos resultados obtidos.

Concordamos com Fuks (2014) que seria um exagero afirmar que o PJ teve um impacto inequívoco e uniforme sobre as diversas áreas do conhecimento político, pois observamos que em várias baterias de perguntas, o grupo de tratamento, quando comparado com o grupo de controle, não obteve tantos ganhos informacionais. Na verdade, o ganho de conhecimento acaba concentrando-se nos objetos próximos da experiência socializadora, voltadas para as atividades e conhecimentos sobre a Assembleia, seja porque eles se referem ao próprio ambiente do PJ, seja porque fazem parte dos conteúdos ensinados.

3.3.3 Conhecimento e efeitos da tolerância política

No campo de estudos sobre cultura política democrática, embora tratando de uma dimensão pouco estudada pela literatura brasileira, existe uma crescente na academia, entre eles os estudiosos Ednaldo Ribeiro e Julian Borba (2019), que entendem que o apoio à

democracia deve ser examinado como um fenômeno que envolve múltiplas dimensões, e, portanto, o “cidadão democrático” não é aquele que apenas afirma preferir a democracia como forma de governo, mas que também adere a um conjunto de valores e crenças democráticos, do qual a tolerância é parte importante. Os estudiosos engendraram importante estudo que foram encontradas evidências de que tais atitudes estão relacionadas com maiores níveis de mobilização cognitiva dos eleitores e que existiria uma relação entre sofisticação, idade e tolerância política, pois os resultados apontaram que os eleitores mais escolarizados e mais jovens são os mais aderentes à democracia são os mais tolerantes politicamente.

Embora o foco não seja a igualdade de gênero ou de minorias, do ponto de vista da teoria democrática ha uma clara e crescente preocupação com o problema da igualdade na representação política ou do estudo de tolerância e das garantias de direitos dos grupos minoritários. Ao discutir os critérios que definem a democracia, Robert Dahl (2012), mobilizou o conceito de “plena inclusão”, segundo o qual “o corpo dos cidadãos num estado democraticamente governado deve incluir todas as pessoas sujeitas às leis desse estado”.

Neste tópico, buscamos analisar se houve efeitos de tolerância. Para observarmos estes resultados, utilizamos as seguintes variáveis de tolerância referente ao posicionamento dos grupos minoritários como: 1- comunistas; 2- membros do movimento negro; 2- homossexuais; 3- pessoas que defendem uma raça superior; 4- ateus, bem como do posicionamento dos jovens referente a temas polarizadores, também voltados ou normalmente defendidos por grupos oprimidos ou minoritários, quais sejam: 5- legalização à união de pessoas do mesmo sexo; 6- legalização da pena de morte; e, 7- legalização da maconha.

As respostas nos permitiram novamente comparar os dois grupos (tratamento e controle) nos dois tempos de aplicação do questionário (antes e depois do PJ), a fim de avaliarmos se efeitos de tolerância são verificados após a aplicação de programas de educação cívica, cujas características estão o grande fluxo de informações políticas.

Para iniciarmos, observemos os resultados da tabela 20, que avalia a tolerância dos jovens àqueles que expressam ideais comunistas, observamos que são grandes, nos dois grupos, a porcentagem de tolerância. Contudo, podemos observar que os números dos participantes se mantiveram, e, mais uma vez, observamos uma pequena queda entre o grupo não participante (5 p. p.) na máxima consideração de livre manifestação. Aqui, continuamos observando que mesmo pequeno o efeito imediato, o programa pode ter contribuído, pelo menos, com conhecimentos que pudessem manter os conceitos que fomentam nos jovens a tolerância à livre manifestação do pensamento e o direito de contestação destas pessoas.

**TABELA 20 -Tolerância referente às minorias
COMUNISTAS**

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria	4%	4%	3,6%	5,4%
Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público.	8%	11,5%	9%	14,9%
Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público.	88,0%	84,5%	85,6%	79,2%
Não quis ou soube responder			1,8%	0,6%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado		1,219		4,459
Sig.		,554		0,216

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

O Brasil possui, em diversas áreas das ciências humanas, uma das mais robustas agendas de pesquisas sobre relações raciais, que deflagra um contínuo esforço da literatura nas análises das desigualdades do país, sob o prisma das marcas deixadas pela escravidão, em relação ao preconceito da cor e da origem étnica ou da questão da classe social, levando em conta questões prementes sobre o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil, que deve ser investigada sobre o prisma do preconceito e da discriminação racial.

Este importante compêndio sobre as representações sociais brasileiras têm o intuito de reconstruir e criticar a história das raças e do racismo no Brasil, desmistificar a miscigenação e a convivência pacífica entre diferentes, demonstrando que muito do que foi produzido no pensamento nacional resvala ou aumenta em preconceito e discriminação.

Na próxima tabela (21), apesar de demonstrar que já é grande o conceito de livre expressão do pensamento entre os jovens em relação à tolerância sobre as ideias e posicionamentos dos membros do movimento negro, os dados também expuseram esta mazela, pois houve uma pequena retração de tolerância entre os dois grupos, configurando, mais uma vez, certa falha das atividades educacionais convencionais, bem como do programa

(PJ), em trabalhar questões que envolvam a reflexão de questões mais amplas que corroborem na manutenção destes ideais democráticos de equidade e justiça.

**TABELA 21 - Tolerância referente às minorias
MEMBROS DO MOVIMENTO NEGRO**

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria			0,6%	0,6%
Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público.	4,5%	3,4%	6,6%	6,5%
Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público.	95,5%	96,6%	92,8%	92,9%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado	0,274		0,000	
Sig.	0,600		1,000	

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Resultados parecidos com os anteriores são os das duas próximas tabelas (22 e 23), pois neles também nos deparamos com uma retração dos números em relação aos jovens e ao conceito e tolerância aos direitos da população LGBTQIA+. Eles nos revelaram uma pequena, mas notável porcentagem de jovens, nos dois grupos, que apresentaram mudanças negativas em seus ideais liberais referentes à igualdade de gênero, o que também demonstrou pouca efetividade destas pautas nas atividades desenvolvidas por àquela edição o PJ.

Muitos foram os avanços depois da edição deste *survey* (2008), pois em 2011 o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, ações históricas que garantiram inúmeros direitos a partir do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, mudando o entendimento do Código Civil e vigência à época de que a família era formada por um homem e uma mulher. Além disso, em 2016, com o Decreto 8.727, foi permitido o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e, em 2018, com o Decreto 9.278, que assegurou a inclusão do nome social à

Carteira de Identidade, de uso obrigatório a partir de março de 2021, medidas importantíssimas para evitar que as pessoas se sintam constrangidas com as divergências entre gênero e identificação. Importante dizer que a união civil entre as pessoas do mesmo sexo não foi uma legislação aprovada pelos nossos representantes, mas direito garantido pela justiça, que mais uma vez atuou como arena na garantia dos direitos constitucionais das minorias.

Considerando o contexto do processo histórico brasileiro de um país que ainda caminha na direção de implementar e garantir políticas públicas específicas e direcionadas a pessoa LGBTQIA+, que visam refletir o esforço, sobretudo, da sociedade civil na busca por políticas públicas que atendam às especificidades deste público, dos aspectos das situações de vulnerabilidade, sendo necessário pensar em representatividade efetiva, capaz de garantir direitos direcionados a essa população. Considerando, também, que as políticas educacionais nesta seara ainda são tímidas, pois carregam arraigadas em seus desenvolvimentos conceitos ainda tradicionais, arcaicos e autoritários, faz-se de suma importância que estas políticas também sejam revistas para transformação progressiva e necessária de uma educação libertadora e a educação cívica pode e muito contribuir neste processo.

**TABELA 22 - Tolerância referente às minorias
HOMOSSEXUAIS**

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria	4,5%	4,6%	7,8%	4,8%
Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público.	13,6%	9,8%	12%	11,9%
Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público.	81,8%	85,6%	80,2%	82,7%
Não sabe responder				0,6%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado		1,269		2,279
Sig.		,530		,517

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

TABELA 23 - Tolerância referente às ideias liberais
LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Totalmente a favor	14,6%	14,4%	10,2%	12,5%
A favor	21,6%	16,7%	25,1%	23,8%
Contra	43,3%	52,3%	47,3%	48,8%
Totalmente conta	20,5%	16,7%	17,4%	14,09%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado	3,258		,819	
Sig.	,354		0,845	

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Paradoxalmente e também no mesmo viés de crescimento, a tabela 24 apresentou que apesar de em percentual pequeno, foi mais significativo na rodada depois do PJ ($0,017 < que 0,05$). Também foi a variável que mais apresentou divisão nas opiniões dos jovens. Porém o grupo de participantes se manteve, enquanto que o de não participantes estiveram mais propensos a mudar os ideais liberais no sentido de proteger a liberdade de expressão das pessoas que defendem a superioridade de uma raça. Aqui ficou explícito que o conhecimento cívico que serve como alicerce democrático é carente de ensinamento efetivo na educação brasileira e ao que se refere à liberdade de expressão. Estes resultados revelam que é preciso promover atividades educacionais claras e direcionada na formação do conhecimento de que a liberdade de expressão encontra-se largamente protegida no plano constitucional em vigor, porém ela não é absoluta e encontra limites dentro do próprio texto constitucional, como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o repúdio ao racismo.

Assim, consideramos que é primordial expandir o entendimento de que as liberdades em todas as suas dimensões, tanto na Constituição Federal, quanto em normas internacionais vigentes, têm previsões relativas à necessidade de construção da igualdade e da luta contra o preconceito, pois devem postular uma verdade ou aperfeiçoar o conhecimento, promover o funcionamento da democracia, serem essenciais à autonomia e à dignidade individuais. Além disso, nesta construção conceitual é necessário salientar que não se pode censurar uma opinião só porque ela ser antidemocrática, flagrantemente infundada e politicamente

incorreta, mas faz-se necessário avaliar se estas opiniões têm como objetivo ofender e humilhar, estes sim comportamentos antidemocráticos, que atentam contra valores humanistas e de ressignificação urgentes para a educação cívica.

TABELA 24 - Tolerância referente às minorias
PESSOAS QUE DEFENDEM A SUPERIORIDADE DE UMA RAÇA

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria	38,1%	32,8%	38,3%	23,8%
Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público.	29%	35,6%	26,3%	39,3%
Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público.	33%	31,6%	34,7%	36,3%
Não sabe responder			0,6%	0,6%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado		1,946		12,011
Sig.		,378		0,017

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

A próxima tabela (25) revela um paradigma que engloba, na verdade, dois constructos: A liberdade de religião, incluindo o direito de não tê-la. Mais uma vez sem significância estatística, mas demonstrando curioso resultado de positividade acerca de ideais liberais neste sentido, pois ambos os grupos apresentaram crescimento conceitual nesta temática. Mais curioso ainda seria saber se o mesmo resultado se daria se a questão abordasse não o direito de expressão das pessoas que não acreditam em Deus, mas sim a liberdade de religião engloba a livre manifestação de crença, culto e de organização religiosa, o que infelizmente o questionário não abordou nestas variáveis.

Ensinar aos jovens e ampliar ainda mais o conceito de liberdade de religião para abranger também o direito de proteção aos não crentes, pois há pessoas que possuem uma posição não propriamente religiosa, faz parte de movimentos democráticos antigos, pois desde meados dos anos 60 Pontes de Miranda (1969) já reforçava esses argumentos ao afirmar que o

princípio não abrangia essa liberdade de pensamento, tanto que posteriormente o conceito foi incluído como ‘liberdade de crença’, para que pudesse a ser invocado por teístas e ateus. O jurista afirmava que "liberdade de religião é liberdade de se ter a religião que se entende, em qualidade, ou em quantidade, inclusive de não se ter”.

**TABELA 25 - Tolerância referente às minorias
PESSOAS QUE NÃO ACREDITAM DE DEUS**

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria	11,9%	19,8%	9,6%	12,5%
Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público.	19,9%	20,3%	21%	25,6%
Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público.	68,2%	59,9%	69,5%	61,9%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado	4,323		2,148	
Sig.	,115		0,342	

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Mesmo sendo a pena de morte abolida do nosso regramento jurídico desde a Proclamação da República e da existência da cláusula de não retrocesso conferida pelo avanço jurídico pela tutela máxima da vida e da dignidade da pessoa humana, da evolução dos direitos fundamentais, em especial os direitos sociais, cujos direitos não podem ser enfraquecidos, sob pena de inconstitucionalidade, esta temática ainda ecoa.

Sob o mesmo princípio a discussão do direito à legalização do aborto encontra barreiras políticas e jurídicas (e até religiosas) para avançar no tema, porém a discussão também é crescente quando encontra defensores dos direitos das mulheres em interromperem a gravidez não somente diante da previsão legal na incidência do crime de estupro, do aborto terapêutico (quando há risco da morte materna), ou o aborto de fetos anencefálicos, mas também quando isto envolva situações de vulnerabilidade psicológica, econômica e social (em sua maioria mulheres negras, pobres, com pouca escolaridade e sem ou quase nenhum respaldo do genitor). Dados divulgados pelo portal da transparência ou pela Lei de Acesso à Informação do Ministério da Saúde a diversos institutos de pesquisas, que produziram estudos que já

demonstraram no Brasil esta ser uma realidade que não encontra respaldos em componentes técnicos, baseados em protocolos médicos, protocolos assistenciais, de enfermagem, de assistência social e de psicólogos, como no aborto legal, provocando assim a morte de milhares de mulheres que se encontram neste grande grupo de vulnerabilidade.

As próximas duas tabelas (26 e 27) demonstraram a divergência acerca destas duas temáticas. Foi grande o percentual dos jovens, em ambos os grupos, com posicionamentos favoráveis à legalização do aborto (mais de 60% dos jovens declaram ser totalmente a favor ou a favor), notando inclusive um pequeno crescimento na segunda onda.

Esta situação parece não refletir os números atuais, pois em recente pesquisa feita pela revista *Exame* em parceria com o instituto especializado em opinião pública *Ideia*, somente com respondentes entre 16 e 24 anos, em que foram ouvidos 1.000 jovens de todo o Brasil nesta faixa etária, entre os dias 4 e 13 de abril de 2022, 48% dos jovens declaram que são contrários a que o aborto deixe de ser crime no Brasil, enquanto 46% disseram ser favoráveis. Uma pesquisa que demonstrou, inclusive, que gênero, religião e renda influenciam nestes percentuais, pois mulheres são mais favoráveis ao aborto (53%), já a descriminalização tem menor apoio entre jovens evangélicos (37%), enquanto gera divisão entre católicos (45%) e classe média (45%). Esses dados, mesmo quase 12 anos depois do PJ, e com uma amostra mais abrangente, traz a reflexão de que a sofisticação política entre os jovens para temas conceituais mais amplos e liberais sofre a influência de condições e valores, mas ainda se mantém carente uma educação cívica mais efetiva na educação formal brasileira.

Em relação à legalização pena de morte, mais uma vez as atividades do programa podem ter influenciado os participantes a manter os números da primeira rodada com um ligeiro aumento entre os que se declaram serem contra a pena de morte (de 40% para 43%). Resta pensarmos o que pode ter motivado o aumento do percentual entre os não participantes, tanto entre os que se declararam contra a pena de morte (de 40% para 43%) quanto os que se declararam ser a favor dela (de 32% para 38,1%). Para tentarmos entender tal comportamento entre os não participantes, podemos aqui também defender a máxima que o conhecimento pode sedimentar não só saberes, mas também valores.

TABELA 26 - Tolerância referente às ideias liberais
LEGALIZAÇÃO DA PENA DE MORTE

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Totalmente a favor	12%	12,2%	10,2%	6,5%
A favor	29,1%	32%	29,3%	38,1%
Contra	40%	33,7%	43,1%	39,3%
Totalmente conta	18,9%	22,1%	17,4%	15,5%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado		1,602		4,698
Sig.		,659		0,320

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

TABELA 27 - Tolerância referente às ideias liberais
LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Totalmente a favor	32,2%	32,4%	32,3%	32,7%
A favor	33,9%	37,6%	39,5%	43,5%
Contra	22,4%	23,1%	22,8%	19%
Totalmente conta	11,5%	6,9%	5,4%	4,8%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado		2,300		,932
Sig.		,512		0,818

* Teste de Qui-Quadrado

Fonte: Dados pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

A legalização da maconha é outra temática conflitante, que envolve muitos argumentos entre as pessoas pró e contra a legalização, cujo instrumento jurídico para tal marco também se arrasta através de propostas de leis atravancadas no congresso e sem deliberação, pois os congressistas eleitos também refletem tais posicionamentos colidentes.

Enquanto muitos defendem a legalização e controle estatal da comercialização da maconha (*cannabis*) como política de desconstrução e enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado, bem como de mecanismos para políticas de saúde pública, como as situações de drogadição ou do tratamento de doenças e síndromes raras, o que já ocorreu em muito países, outros, mantêm posicionamentos opostos de que a legalização aumentará índices de criminalidade e da vulnerabilidade dos dependentes químicos.

Os jovens dos dois grupos, observados na tabela 28, mantendo maior média do posicionamento liberal entre as opiniões (1- totalmente a favor e 2- a favor), após o PJ apresentaram uma pequena mudança, em que pode ser observado uma certa hesitação na confirmação do diagnóstico inicial de posicionamento liberal, mas que tão sensível, não nos permitem afirmar qualquer efeito do programa entre os participantes, pois foi verificado em ambos os grupos. Podemos, somente, levantar possibilidades de construções socializadoras diversas, que podem incluir influências de educação formal e familiar religiosa e conservadora. Parecendo ser uma tendência ideológica que se conserva no tempo, observamos também na pesquisa feita em 2022, pela revista *Exame* em parceria com o instituto especializado em opinião pública *Ideia*, com jovens entre 16 e 24 anos, entre os dias 4 e 13 de abril, que 61% dos jovens declaram que são contrários que a maconha seja legalizada.

**TABELA 28 - Diferença das médias – Tolerância referente às ideias liberais
LEGALIZAÇÃO DA MACONHA**

	Antes do PJ		Depois do PJ	
	Participante	Não Participante	Participante	Não Participante
Totalmente a favor	48,6%	52%	37,7%	37,5%
A favor	31,8%	33,3%	38,3%	44,6%
Contra	15,6%	11,1%	21,6%	13,1%
Totalmente conta	4%	3,5%	1,8%	4,2%
Não quis ou soube responder			0,6%	0,6%
Total	100%	100%	100%	100%
Qui-Quadrado		1,637		7,847
Sig.		,651		0,165

* Teste de Qui-Quadrado

Até aqui podemos reafirmar que os dados das variáveis analisadas sobre conhecimento factual e conhecimento conceitual desenvolvidos no PJ revelaram-se frágeis para assegurar reais efeitos do programa no grupo dos jovens participantes. No máximo, podemos presumir que o programa pode ter contribuído para o aprendizado adquirido pelo grupo participante durante as atividades do PJ, serviu ao menos, para sedimentar a importância e a forma como esses jovens buscam conhecimento sobre política.

Mesmo assim, os resultados dos dados nos trouxeram muitas curiosidades que foram encontradas e discutidas neste trabalho a fim de debater a evolução das variáveis desde a aplicação do tema, a evolução que os programas de educação cívica nas casas legislativas, similares a este, já obtiveram nas políticas públicas de educação cívica implementadas pelas casas legislativas, sua importância e sua função política na defesa das instituições e dos valores democráticos. Aqui, cabe, inclusive, retomar as considerações do cientista político Mario Fuks para tentar entender os resultados desta pesquisa, no sentido e refletir que os efeitos diretos relacionados às atitudes conservadoras podem estar relacionados aos jovens que fazem parte de um sistema integrado de instituições socializadoras, como o da formação militar (escolas militares) e da formação religiosa (FUKS, 2012).

Na atualidade, este tema de novos estudos neste sentido, caberá discutir, inclusive, o uso intenso de redes sociais e as novas configurações tecnológicas como nas formas de relacionamento e integração social, como suporte de difusão educacional que podem levar à construção de novos paradigmas sobre a educação cívica no Brasil. Movimentos pela defesa de direitos (como da Educação, garantido constitucionalmente) cobram uma atuação efetiva do Estado, das instituições, ao mesmo tempo em que pensam em estratégias alternativas para garantir a aprendizagem. Esse pode ser um novo modelo híbrido, entre a educação presencial destes programas que permite os participantes a conhecer as instituições em loco e trazê-los para o conhecimento do universo institucional, bem com um instrumento tecnológico que permite os usuários cobrar, contestar, ao mesmo tempo produzir e agir, mas que pode e deve ser utilizado com importante suporte norteador da efetividade de novas movimentações políticas no Brasil. Para isso, este trabalho fica como sugestão, mas compete aos formuladores destas políticas públicas educacionais planejarem e usufruir destes mecanismos na prática de uma educação transformadora e que sejam mecanismos modernos e essenciais para garantir os valores democráticos indelévels.

Para finalizar este capítulo propusemos abaixo um quadro sintético como forma de sintetizar e melhor expor os efeitos aqui encontrados e reportados de cada variável trabalhada.

**QUADRO SINTÉTICO
VARIÁVEIS E EFEITOS ENCONTRADOS**

VARIÁVEL	EFEITO
BLOCO DE VARIÁVEIS DE CONHECIMENTO INFORMACIONAL	
Conhecimento sobre a instituição que aprovou do Estatuto da Criança e do Adolescente.	O efeito demonstrou a deficiência no conhecimento dos jovens sobre as funções dos poderes e das instituições e revelou que os jovens, mesmo imergidos nas atividades voltadas aos processos legislativos, acabaram não apresentando ao final do programa o conhecimento necessário para entender que se trata de norma federal, própria de iniciativa, tramitação e aprovação feitas pelo Congresso Nacional.
Conhecimento sobre algumas siglas de instituições.	O efeito foi que os jovens adquiriram certo conhecimento a respeito do nome das siglas de algumas instituições políticas (ONU, MST, TER). A média de acerto dos dois grupos foi elevada, mas a dos participantes foi maior, demonstrando que o aprendizado adquirido pelo grupo participante durante as atividades do PJ, serviu para sedimentar e ampliar este conhecimento.
Conhecimento sobre as instituições que fazem parte do poder legislativo.	Esta variável apresentou significância relevante com os efeitos do programa (0,048, < 0,05), pois ao comparar o conhecimento que os jovens adquiriram depois do PJ, ao distinguirem as instituições legislativas de demais instituições políticas, pode-se identificar um padrão de influência do PJ sobre o conhecimento político dos jovens, dado ao ambiente de imersão das atividades voltadas mais especificamente para o aprendizado do processo legislativo, característico do programa.
BLOCO DE VARIÁVEIS DE CONHECIMENTO CONCEITUAL	
Opinião sobre a imagem dos deputados em relação às promessas de campanha.	Podemos identificar como padrão que o grupo que participou do PJ apresentou uma percepção levemente mais favorável à ALMG e aos deputados da Assembleia. Porém, este conjunto de variáveis não teve resultados suficientes para, com a observância entre os grupos, modificar de forma significativa e substantiva a visão dos jovens participantes do PJ. As questões analisadas revelam a impressão destes jovens, que mesmo com todas as atividades desenvolvidas dentro da Casa Legislativa, não foram suficientes para mudar a impressão sobre práticas de corrupção e de comportamentos antidemocráticos de certos políticos, que incluem a ineficiência e o corrompimento de atores e de órgãos fiscalizadores.
Respostas dos alunos de como buscam informações políticas .	O efeito da média neste conjunto de variáveis se manteve entre o grupo participante, e demonstrou, novamente, que o aprendizado adquirido pelo grupo participante durante as

	atividades do Parlamento Jovem, serviu, ao menos, para sedimentar a importância e a forma como esses jovens buscam conhecimento sobre política, o que é relevante.
Respostas dos alunos sobre adesão à democracia.	Apesar da significância não demonstrar robustez nos resultados rodados, o fator tempo em ambos os grupos configura a manutenção e até uma pequena ampliação dos percentuais em que os jovens afirmam que a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo. Mesmo não encontrando efeitos, apontamos a importância da abordagem do tema no questionário, que revelou a preferência sobre a manutenção do regime frente à ameaça de uma possível intervenção autoritária.
BLOCO DE VARIÁVEIS DE CONFIANÇA	
Confiança dos alunos nos partidos políticos.	O efeito entre os jovens participantes, mesmo sendo eles inseridos em atividades do PJ, que conta com informações sobre a importância dos partidos na composição de lideranças, de bancadas, de comissões permanentes, revelou que eles não conseguiram internalizar o mecanismo de importância dos partidos enquanto instituições de meio para o exercício da cidadania, para o processo eleitoral, para as articulações políticas e para o real exercício da democracia.
Confiança dos alunos no exército.	Os dados revelaram entre os dois grupos os maiores percentuais de confiança, com ligeiro aumento entre os participantes. Consideramos que uma parcela dos jovens que participou do <i>survey</i> estudava em escola militar e que dados recentes de 2020 no Brasil confirmam esta tendência de confiança dos brasileiros no exército.
Confiança dos alunos na justiça.	Os resultados entre os participantes mantiveram-se e isso também demonstra que a imersão no programa, apesar de caracterizar atividades voltadas para o conhecimento do universo legislativo, manteve os percentuais médios de confiança nos órgãos judiciais. Para que houvesse uma mudança mais efetiva, talvez fosse necessário que as atividades evidenciassem informações mais específicas sobre as funções e a importância deste poder para a democracia, o que não foi feito na edição de 2007.
Confiança dos alunos na polícia.	O efeito entre os participantes do PJ nos números de confiança na Polícia em relação aos não participantes aumentou, e, aprender as características e a função que diferentes instituições, públicas ou privadas, desempenham na sociedade e refletir sobre sua legitimação democrática faz parte do processo pedagógico do Parlamento Jovem, o que pode ter impulsionado os resultados de aumento da confiança, ainda que tímida, entre os participantes.
Confiança dos alunos na imprensa.	O efeito foi visível ao apresentar um nível médio de “desconfiança” nos dois grupos e nas duas rodadas de entrevistas, pois mais de cinquenta por cento dos jovens entrevistados disseram confiar na imprensa “às vezes”. Também demonstrou que a imprensa ganhou a confiança dos jovens entre

	o grupo não participante, e, sendo o ano de aplicação do <i>survey</i> (2008) de eleições municipais, talvez seja plausível considerar a relação entre o cidadão e a mídia, pois a proximidade das eleições implica em mais assuntos políticos noticiados e esta exposição poderia explicar este aumento.
Confiança dos alunos na Assembleia Legislativa	O efeito foi de considerável aumento na confiança entre os participantes. Destacamos que no grupo dos não participantes a reação foi inversa, o que demonstra um efeito de “desconfiança” do grupo de controle. Esta variável reflete, especificamente, o que afirma a literatura, que conhecimentos mais específicos que expressam a confiança na instituição, se deram exatamente pelas características pedagógicas do programa, em que os jovens participantes foram imersos em diversas práticas políticas didáticas, deliberativas e participativas, funcionando como um catalizador do aprendizado político, pois mobilizando este grande “fluxo informacional”, também trazem vivências práticas, permitindo que os participantes experimentem a política dentro da própria instituição.
Confiança dos alunos no Congresso.	Os dados também apresentaram um significativo aumento percentual de confiança no grupo participante, o que pode, conforme apontamos, ter sido impulsionada pela imersão do grupo de tratamento nas atividades e temas voltados aos poderes legislativos.
Confiança dos alunos na Câmara de Vereadores.	Este efeito também seguiu o mesmo padrão de confiança dos jovens nas instituições do poder legislativo, mas vale a reflexão quanto ao aumento observado nos dois grupos no sentido de ser a câmara dos vereadores é a instituição do poder legislativo que mais está diretamente ligada ao cidadão, dada a proximidade do órgão e de seus autores aos anseios e necessidades mais imediatas das pessoas.
VARIÁVEL DE INTERESSE	
Interesse por política.	O efeito desta variável pode expressar exatamente o que a doutrina nos ensina acerca de fazermos as distinções sobre conhecimento factual e sofisticação conceitual. Paradoxalmente, apesar de pequena, houve uma diminuição nos números de interesse entre os dois grupos participantes, sentida em especial no grupo não participante. Porém, mais uma vez, os números do grupo participante se mantiveram enquanto os do grupo não participante caíram em todas as categorias, demonstrando o padrão de permanência comportamental quando os jovens estão inseridos em atividades, informações e em ambientes de socialização política.
BLOCO DE VARIÁVEIS DE TOLERÂNCIA	
Tolerância aos comunistas.	É grande, nos dois grupos, a porcentagem de tolerância. Contudo, podemos observar que os números dos participantes

	se mantiveram, e, mais uma vez, observamos uma pequena queda entre o grupo não participante no item maior consideração de livre manifestação. Aqui, continuamos observando que mesmo pequeno o efeito imediato, o programa pode ter contribuído, pelo menos com conhecimentos que pudessem manter os conceitos que fomentam nos jovens a tolerância à livre manifestação do pensamento e o direito de contestação destas pessoas.
Tolerância aos membros do movimento negro.	Os dados revelaram que já é grande o conceito de livre expressão do pensamento entre os jovens em relação à tolerância sobre as ideias e posicionamentos dos membros do movimento negro, porém os dados expuseram a mazela do preconceito, pois houve uma pequena retração de tolerância entre os dois grupos, configurando mais uma vez uma certa falha das atividades educacionais convencionais, bem como do programa (PJ), em trabalhar questões que envolvam a reflexão de questões mais amplas que corroborem na manutenção deste ideais democráticos de equidade e justiça.
Tolerância aos homossexuais.	Os efeitos desta variável também nos revelaram uma pequena, mas notável porcentagem de jovens, nos dois grupos, que apresentaram mudanças negativas em seus ideais liberais referentes à igualdade de gênero, o que também demonstrou pouca efetividade destas pautas nas atividades desenvolvidas por àquela edição o PJ.
Tolerância à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Negativos também foram os dados que revelaram um aumento entre os participantes (apesar de pequeno) e nos revelaram que, em ambos os grupos, quase 50% eram contra a legalização da união homoafetiva. Apesar disso, grandes foram as conquistas de direitos após a edição deste <i>survey</i> , o que nos permite apontar a pouca efetividade destas pautas nas atividades desenvolvidas por àquela edição o PJ, e, salientar a importância educacional do desenvolvimento de ações e reflexões desta temática para o avanço da legitimidade da luta e da garantia de tais direitos.
Tolerância às pessoas que defendem uma raça superior.	Esta foi a variável que mais apresentou divisão nas opiniões dos jovens. Porém o grupo de participantes se manteve, enquanto que o de não participantes esteve mais propensos a mudar os ideais liberais no sentido de proteger a liberdade de expressão das pessoas que defendem a superioridade de uma raça. Aqui ficou explícito que o conhecimento cívico que serve como alicerce democrático é carente de ensinamento efetivo na educação brasileira ao que se refere à liberdade de expressão. Estes resultados revelam que é preciso promover atividades educacionais claras e direcionada na formação do conhecimento de que a liberdade de expressão encontra-se largamente protegida no plano constitucional em vigor, porém ela não é absoluta e encontra limites dentro do próprio texto constitucional, como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o repúdio ao racismo.
Tolerância às pessoas que	O efeito desta variável, apesar de sem significância estatística,

<p>não acreditam em Deus.</p>	<p>demonstrou curioso resultado de positividade acerca de ideais liberais neste sentido, pois ambos os grupos apresentaram crescimento de aceitação conceitual nesta temática. Mais curioso ainda seria saber se o mesmo resultado se daria se a questão abordasse não o direito de expressão das pessoas que não acreditam em Deus, mas sim a liberdade de religião engloba a livre manifestação de crença, culto e de organização religiosa, o que infelizmente o questionário não abordou nestas variáveis.</p>
<p>Tolerância à legalização da pena de morte.</p>	<p>Os efeitos desta variável, mais uma vez, demonstrou que as atividades do programa podem ter influenciado os participantes a manter os números da primeira rodada com um ligeiro aumento entre os que se declaram serem contra a pena de morte (de 40% para 43%). Resta pensarmos o que pode ter motivado o aumento do percentual entre os não participantes, tanto entre os que se declararam contra a pena de morte (de 40% para 43%) quanto os que se declararam ser a favor dela (de 32% para 38,1%). Para tentarmos entender tal comportamento entre os não participantes, podemos aqui também defender a máxima que o conhecimento pode sedimentar não só saberes, mas também valores.</p>
<p>Tolerância à legalização do aborto.</p>	<p>Nesta variável foi grande o percentual dos jovens, em ambos os grupos, com posicionamentos favoráveis à legalização do aborto (mais de 60% dos jovens declaram ser totalmente a favor ou a favor), notando inclusive um pequeno crescimento na segunda onda. Porém esta situação parece não refletir os números atuais, que comprovam que 48% dos jovens declaram que são contrários a que o aborto deixe de ser crime no Brasil, enquanto 46% disseram ser favoráveis. Esses dados, mesmo quase 12 anos depois do PJ, e com uma amostra mais abrangente, traz a reflexão de que a sofisticação política entre os jovens para temas conceituais mais amplos e liberais sofre a influência de condições e valores, mas ainda se mantem carente uma educação cívica mais efetiva na educação formal brasileira.</p>
<p>Tolerância à legalização à maconha.</p>	<p>Nesta variável os jovens dos dois grupos, apresentaram maior média do posicionamento liberal. Após o PJ, os participantes apresentaram uma pequena mudança de hesitação na confirmação do diagnóstico inicial de posicionamento liberal, mas que tão sensível, não nos permitem afirmar qualquer efeito do programa entre os participantes, pois foi verificado em ambos os grupos. Podemos, somente, levantar possibilidades de construções socializadoras diversas, que podem incluir influências de educação formal e familiar, talvez religiosa, ambas e conservadoras.</p>

4. CONCLUSÃO

Diante dos resultados aqui descritos, inicialmente nos cumpre ressaltar que a escolha do banco de dados se deu pelo pioneirismo e pela qualidade do trabalho elaborado, desenvolvido e coordenado pelo Professor Dr. Mário Fuks, que se preocupou em estruturar neste banco diversas informações sobre os estudantes entrevistados, as escolas participantes do programa, e, em especial sobre as diversas atividades e temas característicos do Parlamento Jovem, o que consideramos ser estes dados registrados na edição do PJ mineiro (2008) talvez a mais completa, ampla e mais bem estruturada pesquisa já feita neste tipo de programa.

É preciso também reconhecer e enfatizar o caráter pioneiro do programa Parlamento Jovem Mineiro, implantado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, que espelhou tantas outras formatações de atividades com este fim. Inúmeros foram os programas de educação cívica criados a partir dele, que nasceu concomitante com a edição do PJB nacional do Congresso. Atualmente são várias as políticas públicas educacionais que foram desenvolvidas por casas legislativas, em diferentes esferas, com diferentes formatos, levando em consideração a formação política do indivíduo.

O caráter dos estudos aqui compilados pretendeu direcionar um olhar bem mais amplo do que os resultados já encontrados em diferentes trabalhos que utilizaram o banco daquela edição (PJ 2008). Condizentes com o título desta obra: *“O impacto de programas de educação cívica promovidos pelo poder legislativo como política pública institucional para formação cidadã: lições a partir do Parlamento Jovem mineiro”*, as “lições” extraídas com os resultados de diversas contribuições da literatura deste objeto, serviram como ponto de partida para implantação de inúmeros outros programas de educação cidadã. Nelas, foram desenvolvidas atividades pedagógicas mais amplas do ponto de vista do conhecimento conceitual (voltadas às mudanças de atitudes e de valores), e, também, mais específicas do ponto de vista do conhecimento factual (voltadas às atividades e atores da Assembleia), que tem características próprias, e, tendo em vista a implantação destes programas terem crescido significativamente nas três esferas do poder legislativo, ganhando inclusive um programa nacional, as implantações se deram, em especial, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Com isso, esta pesquisa permitiu não apenas se ater aos resultados encontrados neste recorte, informacional (banco do PJ) e temporal (2008), mas de buscar pesquisas mais

recentes que pudessem dar suporte para também contribuir com as hipóteses levantadas, baseadas na construção do entendimento teórico do tema.

Do ponto de vista da nossa linha teórica, que se atém em observar a educação cívica como instrumento de defesa ou de enfrentamento para a ameaça de retrocesso ou de “crise democrática” que o Brasil e muitas outras democracias vivem, Cosson (2008) ensina que promover a democracia através da educação para a cidadania deve ser função do Legislativo, porque é o Poder que depende da democracia para sobreviver, como nos mostra a história quando o Parlamento é fechado ou perde suas funções durante regimes de exceção.

Este trabalho aqui desenvolvido procurou contribuir com todo o compêndio dos estudos de cultura política, iniciados pelos baluartes Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), e, na literatura contemporânea, coroados por Pippa Norris e Ronald Inglehart (2018), os quais analisam a ascensão de governos autoritários-populista e sua relação com uma suposta erosão da cultura cívica. A literatura atual, fala de um retrocesso democrático e um dos componentes de análise é justamente o aspecto cultural da educação política.

O olhar aqui imprimido é de justamente salientar que este avanço depende da estrutura do Estado em planejar abordagens e conteúdo dos assuntos relacionados à cultura cívica, o que pode significar uma compreensão de conceitos e elementos concernentes a esta área, em que políticas de educação podem funcionar como pilares fundadores na formação de seus cidadãos, e este deve ser um projeto imediato e contínuo. Seja a “crise educacional” denunciada por Darcy Ribeiro (1977) ou “a educação como uma promessa descumprida pelas democracias” afirmada por Norberto Bobbio (1986), estas são vozes que ecoam para nos fazer entender que a educação não funciona bem porque não somos preparados, ou que historicamente não nos propusemos com afinco a esta finalidade.

Para Cosson (2010), na escola deve haver uma abordagem que vá além de uma disciplina ou de um tema transversal, e que seja algo realmente penetrado em todas as interações e atores da comunidade escolar, associando ao ideal de promover competências democráticas na sociedade, através de diferentes concepções, que permita ampliar os debates a seu respeito, em termos de inclusão em escolas, de formulação de leis e de políticas públicas, e, de desenvolvimento de novas atividades sobre política.

Quanto à educação cívica dos jovens, merecemos voltar nossa atenção tentando abranger algumas competências democráticas, tais como, conhecimento político, comportamento político, valores políticos, atitudes políticas, e, possivelmente, socialização política, independentes de suas terminologias ou ramificações, seja no âmbito de programas

de educação política, mas, principalmente, no âmbito escolar e universitário. Mas utilizamos este trabalho também para pontuar que isso deve ser feito através de inovação pedagógica a fim de acompanhar o crescimento da vertente tecnológica, dinâmica, veloz e cada vez mais acessível, com uma linguagem voltada para o público jovem a fim de utilizá-la como importante instrumento de propagação de conhecimento político e firmamento dos conceitos democráticos. Esta sugestão não é nova e também foi uma importante reflexão feita por Yascha Mounk (2018) sobre a evolução da tecnologia e das mídias sociais enquanto espaço em que os jovens não só buscam informações, como a utilizam para expressar posicionamentos, preferências e questionamentos políticos.

Do ponto de vista dos resultados, embora o banco de dados do PJ tenha sido muito bem estruturado, o que permitiu desbravar novos e interessantes achados e fazer importantes observações, em seu balanço final, dentro da escolha e da análise os nossos dados não foram significativamente expressivos para nos permitir afirmar que o programa efetivamente tenha contribuído no desenvolvimento de uma cultura cívica ou uma sofisticação política mais abrangente nos jovens participantes. Neste estudo, fizemos escolhas de dados que buscaram investigar conceitos mais amplos, voltados à confiança nas instituições, à tolerância e a adesão à democracia, sendo que nestes aspectos os efeitos deste conhecimento conceitual não se sustentaram. É necessário reconhecer que a primeira edição do PJ foi limitada, teve um caráter experimental, uma política ainda em construção e esta fragilidade também foi identificada e muitas vezes reportada em nosso texto.

Contudo, isso não significa que o programa não tenha tido nenhum efeito, pelo contrário, vários estudos foram feitos confirmando os efeitos do programa em conteúdos mais específicos como conhecimentos voltados aos trabalhos da Assembleia, a confiança na Assembleia, e, também, o conhecimento que evidencia a melhora da imagem da Assembleia e dos parlamentares. Estes efeitos foram encontrados aqui e também em diversos trabalhos e as características explicitadas focam no sentido de ser um evento de curta duração, com intenso fluxo de informações e repleto de atividades políticas (CASALECCHI, 2012), o que permite identificar um padrão de influência do PJ sobre o conhecimento político dos jovens, dado ao ambiente de imersão das atividades voltadas mais especificamente para o aprendizado do processo legislativo, característico do programa (FUKS, 2014). Assim, mesmo considerando a clivagem do processo de seleção do programa que já acontece quando as escolas selecionam os alunos por se destacarem ou possuírem conhecimento diferenciado dos demais (melhores alunos), sendo esta bagagem reflexo, sobretudo, de sugestões familiares e do ambiente escolar

(SAMPAIO e SIQUEIRA, 2013), os efeitos positivos encontrados nos estudos de conhecimentos mais específicos, se deram justamente pelas características pedagógicas daquele programa, em que os jovens foram imersos em diversas práticas políticas didáticas, deliberativas e participativas, funcionando como um catalizador do aprendizado político, pois mobilizando este grande “fluxo informacional”, também trazem vivências práticas, permitindo que os participantes experimentem a política.

Exatamente como destacado num desses valiosos estudos sobre educação cívica, é plausível, portanto, que o PJ não traga um arsenal imenso de conhecimento político em apenas alguns meses de duração, mas sim informações mais precisas e particulares, especialmente relacionadas à natureza do evento, que é a vivência na casa legislativa. Ainda que admitamos a fragilidade da variável de conhecimento específico, ela é, por outro ângulo, apenas uma amostra do verdadeiro conhecimento obtido (CASALECCHI, 2012).

Cabe também concordamos com o apontamento de que a edição de 2008 do Parlamento Jovem configurou-se como um estudo de caso para se observar as mudanças de atitudes em projetos de educação cívica. No entanto, não é possível que seus resultados sejam generalizados aos demais projetos de educação cívica protagonizados pelo Poder Legislativo, pois os estudos sobre as mudanças de atitudes são complexos e há muitos fatores que os influenciam, tornando a prática de pesquisa desafiadora (SIQUEIRA, 2013).

Tanto que esta perspectiva se estabeleceu positivamente, como já levantamos anteriormente, em recente trabalho desenvolvido pelos notórios pesquisadores Lúcio Meireles Martins e Antônio Teixeira de Barros (2018), através de pesquisa realizada com egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) da Câmara dos Deputados, que utilizou recorte temporal muito mais amplo (Participantes das edições de 2006 a 2014), com uma metodologia específica de aplicação de um *survey* com uma amostra de 29% dos participantes do PJB, com avaliação de auto percepção dos jovens, o que permitiu analisar os efeitos do programa na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal dos egressos. Os resultados desta pesquisa mais ampla e recente permitiram indicar influências do PJB quanto à cultura política, relevante e duradoura no tempo, na confiança política dos jovens em relação ao Poder Legislativo e aos partidos políticos, o aumento do interesse dos jovens pelo universo da política e no comportamento político, constadas pelas atuações dos jovens em associações de bairro, ONGs, movimentos estudantis e interesse e motivação em questões sociais, engajamento cívico na participação de associações civis e para participação política formal, por meio de candidaturas a cargos políticos e envolvimento partidário.

Assim, uma reflexão final seja a de que talvez se crie muita expectativa em programas que funcionam em espaço tão curto de tempo e possam causar uma transformação tão imediata nos jovens participantes, pois a literatura também já lecionou que o desenvolvimento de atitudes como confiança nas instituições, tolerância e adesão à democracia, normalmente são geradas por conceitos formados em períodos mais longos de tempo, que dependem, inclusive, de ambiente familiar e escolar, estruturas que propiciam ao indivíduo fenômenos e processos no perfil político do jovem, e, futuramente do adulto, ou seja, ambientes contribuem efetivamente na atitude e engajamento político (FUKS, 2012).

Portanto, mais uma vez trazendo a terminologia introdutória do tema desta pesquisa, salientamos que uma importante “lição a partir do Parlamento Jovem Mineiro” (edição 2008), foi de que os desfechos aqui apresentados não podem configurar um resultado negativo. Isso se dá, em primeiro lugar, porque outros estudos já detectaram “efeitos tardios” em programas desta natureza. Em segundo lugar e talvez a principal “lição” seja a de observamos que o “ganho” do PJ não está necessariamente no incremento do conhecimento, mas também, e em especial, na sua capacidade em frear um processo de perda de informação, demonstrando o padrão de permanência comportamental quando os jovens estão inseridos em atividades, informações e em ambientes de socialização política. Estes programas acabam funcionando como instrumentos motivacionais, incentivando o jovem e envolvendo-o em assuntos, temáticas do universo político, o que pode sim trazer estes “ganhos” ou efeitos imediatos, e, dado ao mundo de imersão, até mesmo “ganhos” e efeitos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G. & VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton University Press, 1989 [1963].

ASSOCIAÇÃO dos Magistrados Brasileiros (AMB). **Estudo da Imagem do Judiciário Brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://www.amb.com.br/estudo-da-amb-mostra-percepcoes-e-expectativas-sobre-atuacao-do-judiciario/> Acesso em 23 jul. 2022

ANASTASIA, F. **Transformando o Legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. In: SANTOS, F. (org.). *O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Parlamento Jovem de Minas**. Disponível em: https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/ Acesso em: 08 out. 2020.

ABEL. **Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas**. Disponível em: <https://www.portalabel.org.br/> Acesso em: 18 jul. 2021

BAQUERO, Marcello. **Desafios da democratização na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____ **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4, 2001.

_____ **Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira**. In: PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (Org.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

_____ **Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo?** Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.7, p. 6-10, jul. 2010.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo)**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo Brasileiro**. Scielo. 2015

BORGES, Flávio Adriano. **A importância da construção de políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+**. INFORMASUS UFSCar. 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/a-importancia-da-construcao-de-politicas-publicas-direcionadas-a-populacao-lgbtqia/> Acesso em: 25 de jul 2022.

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; BONIFÁCIO, Robert. 2020. **”O declínio da democracia na América Latina: diagnósticos e fatores explicativos”**. *Revista de Estudios Sociales* 74: 41-57. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/48913?lang=pt> Acesso em: 05 de ago. 2021.

BRESSANELLI, Renata; COSSON, Rildo. **Letramento político, juventude e mídias sociais: #EstágioParticipação. Cadernos da Escola do Legislativo - e-ISSN: 2595-4539**, [S.l.], v. 18, n. 29, p. 89-108, fev. 2019. ISSN 2595-4539. Disponível em: <<https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/111>>. Acesso em: 08 out. 2020.

CAMPBELL, D.; STANLEY, J. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa**. São Paulo: Edusp, 1979.

CAMPBELL, David E. (2008). **Voice in the Classroom: How an Open Classroom Climate Fosters Political Engagement Among Adolescents**, *Political Behavior*, 30: 437–454

CARVALHO, A.C. **O Parlamento Jovem e a experiência das escolas do Legislativo mineiro, catarinense da Câmara dos Deputados** Monografia. CEFOR. 2009

CARVALHO, José Murilo (2001). **Cidadania no Brasil**. São Paulo, Civilização Brasileira. Introdução e (parte do) Cap II. Págs. 7-13; 85-126

CARVALHO, Thales Leonardo de. **A reutilização de políticas pelo mundo: compreendendo os processos e a literatura sobre difusão/transferência de políticas públicas**. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 66 - 85, 1º sem. 2012.

CASALECCHI, Gabriel Ávila. **Cultura política e educação cívica: a confiança política a partir da experiência do Parlamento Jovem**. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia* 7, 41-46, 2011

_____. **Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. (2009). **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, Vozes.

COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia**. Brasília, Edições Câmara. 2008

_____. **Letramento político no legislativo: a experiência do programa Estágio-Visita**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo EDUSP. 1997

_____. **A Democracia e Seus Críticos**. Sao Paulo: Martins Fontes, 2012.

DALTON, R. J. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington, DC: Sage, 2013.

DANTAS, Humberto. **Ciência política e políticas de educação : conceitos e referências** [recurso eletrônico] / Humberto Dantas ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

EASTON, David & DENNIS, Jack. **Children in the Political System:Origins of Political Legitimacy**. New York, McGraw-Hill, 1969.

EXANE, revista. **Pesquisa “Especial jovens de 16 24 anos”**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/aborto-mulheres-jovens-pesquisa/> Acesso 30 de jul. de 2022.

FERNANDES, Myla Freire Machado. **Abordagens teóricas relevantes para o estudo da educação política**. Revista Parlamento e Sociedade / Câmara Municipal de São Paulo. - Vol. 6, n. 11 - (2018). - São Paulo : CMSP, 2013- Semestral

FINKEL, S. E., SABATINI, C. & BEVIS, G. **Civic Education, Civil Society, and Political Mistrust in a Developing Democracy: the case of the Dominican Republic**. World Development, v. 28, p. 1851-1874, 2000.

FINKEL, Steven E. & SMITH, Amy Erica. **Civic Education, Political Discussion and the Social Transmission of Democratic Knowledge and Values in a New Democracy: The 2002 Kenya**, *American Journal of Political Science*, 55, 2: 417–435, 2011.

DATAFLHOLHA. **Datafolha: Confiança da população nas instituições e nos três poderes cai**. O Globo. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/datafolha-confianca-da-populacao-nas-instituicoes-nos-tres-poderes-cai-1-25211071> Acesso 31 de jul. de 2022.

FUKS, M. **Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política**. Lua Nova. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, Brasil, núm. 83, 2011, pp. 145-178

_____**Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens**. Campinas, São Paulo. Opinião Pública. Vol.18, nº.1, 2012.

_____ Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. Opinião Pública vol.20 no.3 Campinas Dec. 2014.

FUKS, M. e CASALECCHI, G. A. **Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem mineiro**. Trabalho apresentado a *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, 2011.

_____ **Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina**. Revista de Sociologia e Política, v 26, n. 68, p. 61-74, 2018.

_____ **El contexto político importa: El legado democrático como condicionante de los efectos de la educación sobre el compromiso democrático de**

los latino-americanos. Ediciones Universidad de Salamanca, America Latina Hoy, 83, pp. 117-131, 2019.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A; RIBEIRO, E. A. **Determinantes Contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 28. Brasília. P. 7-32, 2019.

FUKS, M; PEREIRA, F. B. **Informação e Conceituação: A dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 26. Nº 76. P. 123-143, 2011.

GONÇALVE, G. Q; CASALECHI, G. A. **O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros.** Cadernos da Escola do Legislativo. Vol.15. n. 24. Julh/Dez. 2013.

INGLEHART, Ronald and WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano.** São Paulo: Francis, 2009. Capítulos 1 e 7.

KAYSER, A. **Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras** In: CRUZ, S. V. e; KEYSEL, A.; CODAS, G. Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo:

Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2018.

LOPES, Maira Gonçalves; NASCIMENTO, Alessandra Santos. **A participação política institucional em perspectiva histórica.** Perspectivas, Portal de Periódicos FCLar – Unesp, São Paulo, v. 47, p. 107-137, jan./jun. 2016

MARQUES Júnior, A. M. **Educação legislativa: As escolas do Legislativo e a função educativa do Parlamento.** *E-Legis*, 2(3), 73-86. 2009.

MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. **Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro.** Revista de Sociologia e Política. v. 26, n. 66, p. 49-78, jun. 2018

Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. Revista Brasileira de Ciência Política. 2018, n.27, p.139-189.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

MIRANDA Pontes de, Francisco Cavalcanti, *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n. 1, de 1969.* 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974. v. 5, p. 123.

MOISÉS, J. A. **Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da experiência brasileira.** RBCS Vol. 23. Nº 66. Fev/2008.

MOROSINI, Fabio Costa; SANTOS, Gabriel Lee Mac Fadden; LUZ, Valentina Fonseca da; MAIA, Maia. Resenha de “Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism.” Por Pippa Norris e Ronald Inglehart. Cambridge University Press; 540 páginas.. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 17, n. 2, p. 424-434, 2020

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Companhia das Letras; 1ª edição, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, Agência e Estado. Teoria com intenção comparativa.** São Paulo, Paz e Terra Editora. 2010.

_____ *Accountability horizontal e novas poliarquias.* *Lua Nova* [online]. 1998, n.44.

_____ **"Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina".** *Novos Estudos*, 1998, n. 51.

PEREIRA, Frederico Batista. **Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas.** *Opinião Pública*, vol. 19, núm. 2, novembro-, 2013, pp. 291-319 Universidade Estadual de Campinas São Paulo, Brasil

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Programas educacionais.** <https://www.camara.leg.br/programas-educacionais/> Acesso em 18 jul. 2021.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **O que são instituições políticas?** Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-que-sao-instituicoes-politicas/56309> Acesso em 07 out. 2020.

PORTAL DO SENADO. Programa Jovem Senador. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovemsenador> Acesso em 18 jul. 2021

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia.** Editora Zahar. 2020.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis e MADEIRA, Rafael Machado. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, no 3, p. 486-522. 2018.

RIBEIRO, G. **Educação legislativa é uma resposta a crise do Parlamento?** Brasília: *E-legis*. n.6, p. 96, 2011

RIBEIRO, E; BORBA, J. **Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes.** *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 87, p. 641-657, Set./Dez. 2019

RUSSO, Guilherme. **Rodando os dados: a confiança nos militares.** (2020) disponível em: <http://www.cepesp.io/rodando-os-dados-a-confianca-nos-militares/> Acesso em 08 jul. 2022

SAMPAIO, T; SIQUEIRA, M. **Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais.** Opinião Pública. Campinas, vol. 19, nº 2, novembro, 2013. P. 380-402.

SANTOS, Boaventura de Souza. AVRITZER, Leonardo. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Pp. 39-82. 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987. [2a ed.] Cap. 4. Págs. 64-75.

SCHLEGEL, R. **Educação como política pública: por que os retornos políticos merecem ser avaliados.** E-legis, Brasília, n. 7, p. 7-21, 2º sem. 2011.

SIQUEIRA, M. R. **Mudanças de atitudes políticas no contexto dos projetos de educação cívica: A experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

APÊNDICE

QUADRO DAS VARIÁVEIS SISTEMÁTICA DAS QUESTÕES E POSSIBILIDADES DE RESPOSTAS DO BANCO DE DADOS DO PJ	
VARIÁVEL	QUESTÕES E POSSIBILIDADES DE RESPOSTAS
(PRIMEIRA RODADA) BLOCO DE VARIÁVEIS DE CONHECIMENTO INFORMACIONAL E CONCEITUAL	
Conhecimento sobre as instituições que fazem parte do poder legislativo.	VC8. (CP) Agora eu vou ler uma lista de instituições e gostaria de saber quais fazem parte do poder legislativo. A) Câmara dos Vereadores; b) Ministério público; c) Senado; d) Tribunal Eleitoral; e) Assembleia Legislativa; f) Procuradoria Geral da República. (1) Faz parte (2) Não faz parte (3) NR, (4) NS.
Opinião sobre a imagem dos deputados em relação às promessas de campanha (Bloco de variáveis)	AL16A. Arranjam emprego para seus familiares na Assembleia. Você pensa isso. AL16B. Outra é que os deputados só se preocupam com o eleitor em época de eleição. Você pensa isso. AL16C. E a crítica de que os deputados comprem votos para se eleger? Você pensa isso Você pensa isso. AL16D. E a de que os deputados não cumprem as promessas que fazem antes da eleição. Você pensa isso. (1) De todos os deputados estaduais, (2) Da maioria, (3) Da minoria, ou (4) Não pensa isso de nenhum deputado estadual? (7) NR, (9) NS.
Respostas dos alunos sobre adesão à democracia.	PP4. Eu vou ler três frases e gostaria que você me dissesse qual se aproxima mais do que você pensa: (1) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo; (2). Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um governo democrático; (3) Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura; (4) NR, (5) NS
(SEGUNDA RODADA) BLOCO DE VARIÁVEIS DE CONHECIMENTO INFORMACIONAL	
Conhecimento sobre a instituição que aprovou do Estatuto da Criança e do Adolescente.	NO8. (C. R. p.20) O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação que foi aprovada pelo: (1) Congresso nacional; (2) Assembleia Legislativa de Minas Gerais; (3) Supremo Tribunal de Justiça; (4) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente; (5). Ou você não saberia dizer; (6) NR
Conhecimento sobre	VC4. Agora vou mencionar algumas siglas e gostaria que você

algumas siglas de instituições.	me dissesse o que cada uma (delas significa/das letras iniciais significa)? (a) TER; (b) ONU; (c) UNE; (d) MST; (e) NR; ou, (f) NS.
Conhecimento sobre as instituições que fazem parte do poder legislativo.	VC8. Agora eu vou ler uma lista de instituições e gostaria de saber quais fazem parte do poder legislativo. (a) Câmara dos Vereadores; (b) Ministério público; (c) Senado; (d) Tribunal Eleitoral; (e) Assembleia Legislativa; (f) Procuradoria Geral da República. (1) Faz parte; (2) Não faz parte (3) NR (4) NS.
BLOCO DE VARIÁVEIS DE CONHECIMENTO CONCEITUAL	
Opinião sobre a imagem dos deputados em relação às promessas de campanha.	.AL16A. Arranjam emprego para seus familiares na Assembleia. Você pensa isso. AL16B. Outra é que os deputados só se preocupam com o eleitor em época de eleição. Você pensa isso. AL16C. E a crítica de que os deputados comprem votos para se eleger? Você pensa isso Você pensa isso. AL16D. E a de que os deputados não cumprem as promessas que fazem antes da eleição. Você pensa isso: (1) De todos os deputados estaduais, (2) Da maioria, (3) Da minoria, ou (4) Não pensa isso de nenhum deputado estadual? (5) NR, (6) NS.
Respostas dos alunos de como buscam informações políticas.	PP6. (C. R. p. 5) Vou ler uma lista de atividades e gostaria de saber com qual frequência você as faz:.. Com qual frequência você: (a) Assiste / ouve noticiário político na televisão ou no rádio; (b) Lê sobre política nos jornais ou nas revistas informativas; (c) Conversa sobre política com os amigos, colegas de escola ou vizinhos;.(d). Conversa sobre política com os familiares.; (e). Adquire informações sobre política nas atividades ligadas à escola; (f). Informa-se sobre política na Internet. (1) Diariamente; (2) Algumas vezes por semana; (3) Algumas vezes por mês; (4) Raramente; (5)Nunca; (6) NR; (7) NS
Respostas dos alunos sobre adesão à democracia.	PP4. Eu vou ler três frases e gostaria que você me dissesse qual se aproxima mais do que você pensa: (1) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo; (2). Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um governo democrático; (3) Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura; (7) NR(9) NS
BLOCO DE VARIÁVEIS DE CONFIANÇA	
Confiança dos alunos nos partidos políticos.	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto aos Partidos Políticos, você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3) Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
Confiança dos alunos no exército.	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto ao Exército, você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3)

	Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
Confiança dos alunos na justiça.	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto à Justiça (Tribunais), você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3) Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
Confiança dos alunos na polícia.	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto à Polícia, você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3) Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
Confiança dos alunos na imprensa.	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto à Imprensa, você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3) Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
Confiança dos alunos na Assembleia Legislativa	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto à ALMG, você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3) Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
Confiança dos alunos no Congresso.	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto ao Congresso, você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3) Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
Confiança dos alunos na Câmara de Vereadores.	AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições. Quanto à Câmara de Vereadores, você: (1) Confia sempre, (2) Confia na maior parte do tempo, (3) Confia as vezes, (4) Nunca confia, (5) NR, (6) NS.
VARIÁVEL DE INTERESSE	
Interesse por política.	PP1. Em relação à política, você diria que é: (1) Muito interessado, (2) Interessado, (3) Pouco interessado (4) Nada interessado? (7) NR (9) NS.
BLOCO DE VARIÁVEIS DE TOLERÂNCIA	
Tolerância aos comunistas.	VC11. Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião os comunistas: (1) Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria, (2) Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público, (3) Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público, (4) NR, (5) NS.
Tolerância aos membros do movimento negro.	VC11. Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião os membros do movimento negro: (1) Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria, (2) Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público, (3) Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público, (4) NR, (5) NS.
Tolerância aos homossexuais.	VC11. Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião os

	<p>homossexuais:</p> <p>(1) Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria, (2) Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público, (3) Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público, (4) NR, (5) NS.</p>
Tolerância à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	<p>VC12. Eu vou mencionar uma série de ideias e gostaria que você me dissesse se você é, quanto à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo:</p> <p>(1) Totalmente a favor, (2) A favor, (3) Contra, (4) Totalmente Contra, (5) NR, (6) NS.</p>
Tolerância às pessoas que defendem uma raça superior.	<p>VC11. Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião as pessoas que defendem uma raça superior:</p> <p>(1) Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria, (2) Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público, (3) Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público, (4) NR, (5) NS.</p>
Tolerância às pessoas que não acreditam em Deus.	<p>VC11. Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Na sua opinião as pessoas que não acreditam em Deus:</p> <p>(1) Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria, (2) Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público, (3) Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público, (4) NR, (5) NS.</p>
Tolerância à legalização da pena de morte.	<p>VC12. Eu vou mencionar uma série de ideias e gostaria que você me dissesse se você é, quanto à legalização da pena de morte:</p> <p>(1) Totalmente a favor, (2) A favor, (3) Contra, (4) Totalmente Contra, (5) NR, (6) NS.</p>
Tolerância à legalização do aborto.	<p>VC12. Eu vou mencionar uma série de ideias e gostaria que você me dissesse se você é, quanto à legalização do aborto:</p> <p>(1) Totalmente a favor, (2) A favor, (3) Contra, (4) Totalmente Contra, (5) NR, (6) NS.</p>
Tolerância à legalização à maconha.	<p>VC12. Eu vou mencionar uma série de ideias e gostaria que você me dissesse se você é, quanto à legalização maconha:</p> <p>(1) Totalmente a favor, (2) A favor, (3) Contra, (4) Totalmente Contra, (5) NR, (6) NS.</p>
<p>NR. (Não respondeu)</p> <p>NS. (Não soube responder)</p>	